



**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**  
Edifício Parque Cidade Corporate, SCS Quadra 09, Lote C, Torre A, 8º andar -Brasília – DF  
CEP 70.308-200 - Telefone: (61) 2027-3981 / 2027-3245 Email: [conade@mdh.gov.br](mailto:conade@mdh.gov.br)

**Ata da 110ª Reunião Ordinária CONADE, realizada nos dias 05, 06 e 07 de junho**

1 No período matutino e vespertino do dia cinco de junho foi dedicado à reunião das  
2 Comissões Permanentes do Conade, cujos relatórios foram apresentados e aprovados  
3 em Plenária. Estiveram presente nas reuniões das Comissões Permanentes: **Presença**  
4 **dos (as) Conselheiros (as) Governamentais:** Casa Civil (Titular) Manoela Dutra  
5 Macedo; Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ceará (Titular)  
6 Francisco Jacinto Araújo da Silva; Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa  
7 com Deficiência de Recife (Titular) Antônio Muniz da Silva; Ministério da Cultura (Titular)  
8 Sandra Cipriano Chaves; Ministério do Trabalho (Titular) Fernanda Maria Pessoa Di  
9 Cavalcanti; Ministério do Transporte, Portos e Aviação Civil (Titular) Marciano Roberto  
10 Pereira de Sousa, Secretaria de Direitos Humanos (titular) Moises Bauer Luís. **Ausência**  
11 **justificada:** Representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério  
12 da Educação, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Saúde. **Presença**  
13 **dos (as) Conselheiros (as) da Sociedade Civil:** AFAG (Titular) Wilson Roberto  
14 Gomiero; ABRA (Titular) Maria do Carmo Tourinho Ribeiro; ABRASO (Titular) Rubens Gil  
15 Junior; ABRC (Titular) Luiz Cláudio Alves Pereira; APABB (Titular) Roberto Paulo do Vale  
16 Tiné; AMPID (Suplete) Hugo Frota Magalhães Porto Neto; CUT (Titular) Anaíldes Campos  
17 Sena; CBDV (Titular) José Antonio Ferreira Freire; CNC (Titular) Fernando César Thiago  
18 de Melo; CONFEA (Titular) Osvaldo Luiz Valinote; FBASD (Titular) Glauciane Costa  
19 Santana; FENAPAES (Suplente) Erivaldo Fernandes Neto; FENAPESTALOZZI (Titular)  
20 Marco Antonio Castilho Carneiro; FENEIS (Titular) Francisco Eduardo Coelho da Rocha,  
21 (Suplente) Filipe Trigueiro Xavier Correia; MORHAN (Suplente) Valdenora da Cruz

22 Rodrigues; OAB (Titular) Joaquim Santana Neto; ONCB (Titular) Clóvis Alberto Pereira;  
23 ONEDEF (Titular) Carmem Lúcia Lopes Fogaça. **Ausência justificada:** Ariadne Clarissa  
24 Klein Santorini (Ampid) **06 DE JUNHO DE 2017 – MANHÃ** **Presença dos (as)**  
25 **Conselheiros (as) Governamentais:** Casa Civil (Titular) Manoela Dutra Macedo;  
26 Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ceará (Titular) Francisco  
27 Jacinto Araújo da Silva; Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com  
28 Deficiência de Recife (Titular) Antônio Muniz da Silva; Ministério da Cultura (Titular)  
29 Sandra Cipriano Chaves; Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (Titular)  
30 Niusarete Margarida de Lima; Ministério da Justiça e Segurança Pública (Suplente)  
31 Magda Fernanda Medeiros Fernandes; Ministério do Trabalho (Titular) Fernanda Maria  
32 Pessoa Di Cavalcanti; Ministério do Transporte, Portos e Aviação Civil (Titular) Marciano  
33 Roberto Pereira de Sousa. **Ausência justificada:** Carolina Moreira Barbosa de Brito  
34 Ministério das Cidades, do Ministério da Educação. **Presença dos (as) Conselheiros**  
35 **(as) da Sociedade Civil:** AFAG (Titular) Wilson Roberto Gomiero; ABRA (Titular) Maria  
36 do Carmo Tourinho Ribeiro; ABRASO (Titular) Rubens Gil Junior; ABRC (Titular) Luiz  
37 Cláudio Alves Pereira; APABB (Titular) Roberto Paulo do Vale Tiné (Suplente) Francisco  
38 Djalma de Oliveira; AMPID (Suplente) Hugo Frota Magalhães Porto Neto; CUT (Titular)  
39 Anaíldes Campos Sena; CBDV (Titular) José Antonio Ferreira Freire, (Suplente) Antônio  
40 José do Nascimento Ferreira; CNC (Titular) Fernando César Thiago de Melo; CONFEA  
41 (Titular) Osvaldo Luiz Valinote; FBASD (Titular) Glauciane Costa Santana; FENAPAES  
42 (Suplente) Erivaldo Fernandes Neto; Fenapestalozzi (Titular) Marco Antonio Castilho  
43 Carneiro; FENEIS (Titular) Francisco Eduardo Coelho da Rocha, (Suplente) Filipe  
44 Trigueiro Xavier Correia; MORHAN (Suplente) Valdenora da Cruz Rodrigues; OAB  
45 (Titular) Joaquim Santana Neto; ONCB (Titular) Clóvis Alberto Pereira; ONEDEF (Titular)  
46 Carmem Lúcia Lopes Fogaça. **Ausência justificada:** Ariadne Clarissa Klein Santorini  
47 (Ampid). O Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência –  
48 Conade, Moises Bauer Luiz (MDH) abriu as sessão cumprimentando todos os presente e,

49 em seguida, convidou o Conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro (Fenapestalozzi)  
50 para que procedesse ao chamamento dos presentes para contagem de quórum assim  
51 como leitura da pauta. O Conselheiro Francisco Jacinto Araujo da Silva (Representante  
52 dos Conselhos Estaduais) propôs a antecipação da apresentação do relatório da  
53 Comissão de Articulação de Conselhos. O Conselheiro Rubens Gil Júnior (Abraso) propôs  
54 que o ponto da indicação de representante para a ANS ocorresse logo no primeiro  
55 momento da sessão. O Conselheiro Antonio Muniz da Silva (Representante dos  
56 Conselhos Municipais) solicitou acrescentar na pauta, especificamente, no momento da  
57 participação do Secretário Nacional de Direitos das Pessoas com Deficiência, o tema  
58 comemoração dos 02 (dois) anos da Lei Brasileira de Inclusão – LBI. A Conselheira  
59 Glauciane Costa Santana (Fbasdown) lamentou por não haver manifestação em  
60 comemoração aos 18 anos do Conade na pauta. Por oportuno, a Conselheira Valdenora  
61 da Cruz (Morhan) registrou os 36 anos do movimento Morhan. O Conselheiro suplente  
62 Hugo Frota Magalhaes Porto Neto (Ampid) registrou sua presença, justificando a ausência  
63 da Conselheira Titular Ariadne Clarissa Klein Santorini e informou que a mesma estará  
64 trazendo o Parecer sobre a questão da isenção dos impostos relativo a veículos. O  
65 Presidente do Conade, Moises Bauer Luiz (MDH) esclareceu ao plenário que por duas  
66 vezes foi feito um convite ao representante do Confaz sem sucesso. Ressaltou que na  
67 109ª Reunião Ordinária foi proposto a Comissão de Atos Normativos a elaboração de  
68 uma recomendação do Conade ao Confaz no sentido de propor a todas secretarias  
69 estaduais da Fazenda, uma alteração no teto dos valores de automóveis para isenção  
70 do ICMS. Sobre esse tema, o Conselheiro Joaquim Santana Neto (Oab) informou que a  
71 parte técnica já está pronta, no entanto, aguarda a parte jurídica que está sendo feita pela  
72 conselheira Ariadne Clarissa e que será apresentado o documento final na próxima  
73 reunião de agosto. Em seguida, o Presidente do Conade, Moises Bauer Luiz (MDH)  
74 indagou a Comissão de Atos Normativos sobre a manutenção do assunto da Isenção na  
75 pauta o qual foi retirado. O Conselheiro Rubens Gil Júnior (Abraso) questionou sobre a

76 presença da ANAC que foi confirmada pelo Presidente do Conade. O Conselheiro  
77 Fernando César Thiago de Mello (CNC) se colocou a disposição da Comissão de Atos  
78 Normativos para, caso necessário, colaborar no assunto referente ao ICMS. O  
79 Presidente do Conade, Moises Bauer Luiz (MDH) a partir dos ajustes na pauta deu por  
80 aprovada e a seguir passou para o item das Atas. Esclareceu que não houve tempo hábil  
81 para o encaminhamento da ata da 109ª Reunião Ordinária e colocou em votação as atas  
82 da 106ª e 107ª Reunião Ordinária da gestão do ex presidente do Conade, Flávio Henrique  
83 de Souza. Atas aprovadas com a abstenção do Conselheiro Fernando César Thiago de  
84 Mello (CNC) por não participar das referidas reuniões. Foi registrado a presença da  
85 Marilene Pedrosa Leite representado o Ministério da Educação, na qualidade de  
86 observadora, em razão da ausência do titular e suplente daquela pasta. A Conselheira  
87 Magda Fernanda Medeiros Fernandes (MJSP) registrou sua participação no 4º Encontro  
88 do Ministério Público com o movimento social e citou que o intuito foi escutar os  
89 movimentos sociais para fazer uma lista de demandas e a partir dessas demandas criar  
90 diretrizes e encaminhar para os Ministérios públicos para que eles adotem procedimentos  
91 comuns. Informou que quando receber essa lista de demandas e recomendações  
92 encaminhará ao Conade e ressaltou a necessidade de uma aproximação mais intensa  
93 entre o Conselho Nacional, Ministério Público e os Conselhos Estaduais e Municipais. O  
94 Conselheiro suplente Hugo Frota Magalhaes Porto Neto (Ampid) informou que desde  
95 dezembro de 2016 o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) convidou todos os  
96 Ministérios Públicos do Estado, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal,  
97 Ministério Público Militar para uma ação Nacional chamado Projeto Promoção da  
98 Igualdade. Mencionou a importância da aproximação do Conade com outros órgãos para  
99 que todos tenham uma melhor compreensão do princípio da acessibilidade como  
100 universal. Propôs que o Conade tente junto ao CNMP promover uma ação conjunta de  
101 forma a disseminar melhor os direitos fundamentais de forma a induzir mudança na  
102 barreira atitudinal. O Presidente do Conade, Moisés Bauer Luiz (MDH) informou que

103 embora aquele momento não era para os informes, havia a necessidade de fazer alguns  
104 esclarecimentos sobre passagens no que diz respeito às questões administrativas,  
105 fluxos, prazos, convocação de conselheiro e confirmação de presença para a  
106 próxima Reunião do CONADE. Relatou que a partir de fevereiro deste ano houve uma  
107 aumento no prazo para solicitação de passagens e diárias, de 10 (dez) para 15(quinze)  
108 dias. Informou que a ministra dos Direitos Humanos, Luislinda Dias tem sido rigorosa na  
109 observância dos prazos e por essa razão as passagens foram emitidas já com o  
110 tempo exíguo. Informou ainda as passagens são solicitadas em um processo único após  
111 o recebimento das confirmações com as indicações de trechos de voos. Destacou que o  
112 processo foi tramitado com 18 dias de antecedência cumprindo as normas  
113 regulamentares, no entanto, foi solicitado informações complementares, por exemplo,  
114 justificativa de conselheiro que não voltava para a cidade de origem, entre outras que não  
115 constavam nas normas. Em seguida, ressaltou, em razão das novas exigências, novas  
116 orientações a Ministra do MDH indeferiu o primeiro pedido e que foi necessário fazer um  
117 novo pedido de reconsideração que foi aceito, mas com a ressalva que seria apenas  
118 desta vez. Assim sendo, informou que haverá rigor na convocação e confirmação para a  
119 próxima reunião do mês de agosto e comunicou que o prazo para manifestações será até  
120 o dia 14 de junho pra que não ocorra o desconforto das passagens serem emitidas em  
121 cima da hora e não causar mais ônus. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné (Apabb)  
122 pediu a palavra para ilustrar que a sua passagem com o trecho sugerido custava mais ou  
123 menos R\$ 300, 00 (trezentos reais) e no ato da emissão custou R\$ 800,00 (oitocentos  
124 reais). O Conselheiro Fernando César Thiago de Mello (CNC) solicitou o envio da pauta  
125 com maior antecedência e disse que nesse sentido, poderia estudar e trazer material para  
126 debate dos assuntos constantes na pauta. O Presidente do Conade, Moisés Bauer Luiz  
127 (MDH), esclareceu que em relação a pauta da 110ª Reunião, decidiu aguardar mais  
128 informações antes do envio. Exemplificou que a minuta da resolução de regulamentação  
129 dos sinais do semáforo sonoros foi recebida um dia antes do envio e que ainda sofreu

130 uma série de modificações. No entanto, se comprometeu a atender ao pleito e enviar a  
131 minuta da pauta no mínimo com uma semana de antecedência. Ainda no ponto da pauta,  
132 o Presidente do Conade, informou que na reunião da presidência ampliada, por sugestão  
133 do Conselheiro Osvaldo Valinote (Confea) ficou decidido o envio a cada comissão de  
134 informações sobre os processos distribuídos nessas de forma que possam com  
135 antecedência tomar conhecimento dos assuntos que serão tratados. A Conselheira  
136 Carmen Lúcia Fogaça (Onedef) enfatizou que foi deliberado na reunião passada a  
137 representação do Conade no grupo trabalho sobre a questão da sonorização e do  
138 semáforos e na primeira reunião do grupo, o Denatran não dispunha de recursos para  
139 custear as diárias e passagens. Mediante isso procurou o Conade, mas não obteve  
140 resposta de onde sairia esses recursos. Ressaltou a importância da participação do  
141 Conade nesse grupo de trabalho. Conselheiro Clovis Alberto Pereira (Oncb) ponderou  
142 que a ONCB não recebeu o comunicado das duas reuniões ocorridas no Denatran e que  
143 havia sido deliberado a sua participação representando o Conade. Ressaltou a  
144 importância de sua participação enquanto movimento de pessoas cegas e propôs a vinda  
145 de uma pessoa do grupo do trabalho para fazer esclarecimentos da minuta da resolução  
146 uma vez que o Conade não foi consultado sobre o conteúdo do documento. O Presidente  
147 do Conade, Moisés Bauer Luiz (MDH) lembrou que o próprio Denatran solicitou a  
148 indicação de três representações da sociedade civil em plenário. Esclareceu que tanto os  
149 convites para as reuniões do mês de março, bem como de maio chegaram próximo a data  
150 do evento, ou seja, fora do prazo de 15 dias de antecedência para solicitação de  
151 passagens e diárias que inviabilizou a compra. Ressaltou que entrou em contato com o  
152 Denatran e que obteve a resposta de que o regimento interno daquele órgão não  
153 contemplava o pagamento de passagens a membros do grupo de trabalho. Informou que  
154 participou de uma parte da reunião do mês de maio e propôs que a resolução foi  
155 submetida do pleno do Conade, antes de sua aprovação pelo Conatran e naquele  
156 momento entregou um documento da ONCB onde expressava sua inconformidade de não

157 estar participando das reuniões. Por fim, comunicou que convidará o Denatran para  
158 participar da reunião no dia seguinte. O Presidente do Conade, Moisés Bauer Luiz (MDH)  
159 informou aos representantes da Feneis que haverá a participação de representante da  
160 Anatel, concomitante a apresentação do relatório da Comissão de Políticas Públicas.  
161 Dando sequência, o Conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro (Fenapestalozzi)  
162 procedeu com a leitura da mensagem eletrônica enviada da Agência Nacional de Saúde  
163 (ANS) relativa a alternância das entidades representantes junto à Câmara de Saúde  
164 Suplementar, bem como sobre a vacância de suplente. Em seguida, informou a lista de  
165 entidades que já fizeram parte e das entidades que atualmente compõem a Câmara de  
166 Saúde Suplementar. Após os esclarecimentos, o Presidente do Conade, Moisés Bauer  
167 Luiz (MDH) consultou ao plenário quem se candidataria a preencher a vaga de suplente  
168 na CAMSS. Logo apresentou a ONCB e Fbasdown, que passaram pelo processo de  
169 votação do plenário. Conselheiro Clovis Alberto Pereira (Oncb) solicitou que o processo  
170 de votação fosse nominal. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné (Apabb) ratificou a  
171 proposta do Conselheiro Clovis Alberto Pereira. Em seguida o Presidente do Conade,  
172 iniciou a votação pela ordem da candidatura. Ao término do processo de votação foi  
173 aferido o resultado, o Candidato Clóvis Alberto Pereira (Oncb) obteve 09 (nove) votos dos  
174 Conselheiro(a)s: Marco Antonio Castilho Carneiro, José Antonio F. Ferreira, Antonio  
175 Muniz da Silva, Francisco Jacinto Araujo da Silva, Luiz Claudio Pereira, Carmem Lucia  
176 Fogaça, Moises Bauer Luiz, Adinilson Marins do Santos e Clóvis Alberto Pereira. A  
177 Conselheira Glauciane Costa Santana (Fbasdown) obteve 14 (catorze) votos dos  
178 Conselheiros(a)s: Sandra Cipriano, Fernando, Rubens Gil Júnior, Anaildes Campos  
179 Sena, Maria do Carmo Tourinho, Osvaldo Valinote, Valdenora da Cruz Rodrigues, Wilson  
180 Gomieiro, Magda Fernanda, Glauciane da Costa Santana, Fernanda Maria Di Cavalcanti,  
181 Joaquim Santana Neto, Roberto do Vale Tine e Niusarete Margarida de Lima. Abstiveram  
182 o Conselheiro suplente Hugo Frota Magalhaes Porto Neto (Ampid) e a Conselheira  
183 Manoela Dutra Macedo (Casa Civil). Logo em seguida o presidente do Conade, declarou

184 vencedora a Conselheira Glauciane Costa Santana, como eleita a vaga de suplente na  
185 Câmara de Saúde Suplementar. Superado o primeiro ponto da pauta, em seguida iniciou  
186 o relato das comissões: **Comissão de Articulação de Conselhos – CAC**. O Conselheiro  
187 Francisco Jacinto Araujo da Silva (Representante dos Conselhos Estaduais) iniciou a  
188 apresentação do relatório pela seguinte assunto: revisão e atualização da Cartilha  
189 Orientadora para Criação e Funcionamento de Conselhos de Direitos da Pessoa com  
190 Deficiência publicada em 2012. Informou a alteração do nome da cartilha para  
191 Documento Orientador para Criação e Funcionamento de Conselho de Defesa de Direitos  
192 da Pessoa com Deficiência. Ressaltou que pelo volume da cartilha não tiveram tempo  
193 suficiente para análise e que será dividida em tarefas entre os membros da comissão para  
194 estudar a matéria e apresentar na próxima reunião. O Conselheiro Rubens Gil Junior  
195 (Abraso) em decorrência do volume da cartilha propôs o acréscimo de um dia na próxima  
196 reunião do Conade para que se conclua o documento. Conselheiro Clovis Alberto Pereira  
197 (Oncb) endossou a proposta do Conselheiro Rubens Gil Júnior. O Conselheiro Marco  
198 Antonio Castilho Carneiro (Fenapestalozzi) falou que concorda com a solicitação da CAC,  
199 para mais uma dia de trabalho e que já havia feito algumas sugestões de tentar ampliar o  
200 nome desse documento, inserir informações da rede de conselhos estaduais e conselho  
201 municipais na perspectiva que não atenda somente aos conselheiros, mas a todos que  
202 buscam informações nos portais. Ressaltou que a CAC encerrou o trabalho antes do  
203 horário previsto e que é pertinente a questão cansaço, no entanto, recomendou um  
204 cuidado na construção da justificativa, que seja mais plausível, para a solicitação de mais  
205 um dia de reunião. Conselheiro Clovis Alberto Pereira (Oncb) esclareceu que em  
206 determinada hora não mais havia condição favorável para a continuidade do trabalho  
207 pelos motivos já apresentados. Em seguida, foi passada a palavra ao conselheiro  
208 suplente Antonio Jose do Nascimento (Oncb) que fez algumas observações sobre o  
209 aumento do número dos Conselhos Estaduais e Conselhos Municipais e apresentou  
210 duas sugestões à Comissão de Articulação de Conselhos. 1ª Solicitar ao Secretário

211 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência a reinserção da rubrica apoio aos  
212 conselhos no orçamento da Secretaria para que no próximo ano volte os apoios aos  
213 conselhos. 2ª Que os Ministérios Públicos Estaduais enviem notificações às prefeituras  
214 que tem Conselho de Direitos da Pessoa com Deficiência questionando sobre o  
215 funcionamento desses. Por fim, citou que a revisão da cartilha é de suma importância,  
216 porém se os conselhos não tiverem recursos e motivação política é inválida a ação do  
217 Conade. O Presidente do Conade, Moisés Bauer Luiz (MDH) informou que no dia 20 de  
218 junho, ocorrerá uma formação do Estado do Rio de Janeiro com gestores municipais da  
219 política da pessoa deficiência, ocasião em que se fará presente em companhia do Vice  
220 Presidente do Conade, Marco Antonio Castilho no intuito de estimular criação e o  
221 fortalecimento dos conselhos municipais do Rio de Janeiro. O Conselheiro Marco Antonio  
222 Castilho Carneiro (Fenapestalozzi) complementou informando que o evento será  
223 preparado por uma organização que é dirigida pela Primeira-Dama do Estado intitulado  
224 Rio solidário e que já ocorreram outros, entretanto, esse seria destinado aos gestores  
225 municipais onde a política não acontece onde não tem conselhos municipais da pessoa  
226 com deficiência. O Presidente do Conade, Moisés Bauer Luiz (MDH) submeteu a plenária  
227 o relatório da Comissão de Articulação de Conselhos que foi **aprovado** por unanimidade  
228 e sem abstenção. Na sequência, passou-se à apresentação do relatório da **Comissão de**  
229 **Análise, Elaboração e Acompanhamento de Atos Normativo - CAN** sendo  
230 apresentado pelo Conselheiro Joaquim Santana Neto. 1º ponto: Solicitação do Gabinete  
231 do Senador Paulo Paim de emissão Parecer desse Conade acerca do PLS 316/ 2016 que  
232 visa alterar a lei 13.146 de 06 Julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta  
233 de dados sobre pessoas com deficiência. A relatora do processo conselheira Fernanda  
234 Maria Di Cavalcanti (MTb) após ler todo o PLS apresentou a proposição de um  
235 Substitutivo. O Conselheiro suplente Hugo Frota Magalhaes Porto Neto (Ampid) ponderou  
236 que em algumas pesquisas e palestras tem se observado a dificuldade de cruzar os  
237 dados do INEP e do instituto Anísio Texeira, com a base do IBGE do Censo, sobretudo do

238 censo escolar e sugeriu a inserção na proposição do substitutivo “*inclusive crianças e*  
239 *adolescentes com deficiência fora da escola comum*”. O Conselheiro Roberto Paulo do  
240 Vale Tiné (Apabb) complementou a proposta sugerindo a substituição da frase por pessoa  
241 com deficiência. O Presidente do Conade, Moisés Bauer Luiz (MDH) submeteu a  
242 apresentação do Parecer da Conselheira Fernanda Maria Di Cavalcanti ao Plenário sendo  
243 **aprovado** por unanimidade sem abstenção. 2. Requerimento do Conselho Estadual dos  
244 Direitos da Pessoa com Deficiência de Santa Catarina de Moção de Apoio referente ao PL  
245 3502/15 do Deputado Arthur Virgílio Bisneto, que Altera a Lei nº 9.250, de 26 de  
246 dezembro de 1995, para permitir que doações realizadas a centros de treinamento de  
247 cães-guia, qualificados como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público –  
248 OSCIP, possam ser deduzidas do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, nas condições  
249 que especifica. Relator Conselheiro Adinilson Marins dos Santos (Fenapaes).  
250 Encaminhamento: Envio do Parecer e Moção de Apoio ao Deputado Arthur Virgílio  
251 Bisneto. **Aprovado**. 3. Manifesto sobre a alteração dos artigos 20 e 21 da LOAS – Lei  
252 Orgânica de Assistência Social, enviado pelo Comitê Brasileiro das Organizações  
253 Representativas das Pessoas com Deficiência – CRPD. Após a leitura feita pelo  
254 Conselheiro suplente Erivaldo Neto (Fenapaes) a Conselheira Glauciane Costa Santana  
255 ponderou sobre o tema a dificuldade dos pais com filhos deficientes que sobrevivem  
256 apenas com o BPC uma vez que o governo não garantirá ajuda com alimentação  
257 diferenciada, transportes e acesso a saúde e por fim externou o total apoio ao Manifesto.  
258 O conselheiro Clovis Alberto Pereira (ONCB) solicitou urgência na divulgação do  
259 Manifesto entre os conselheiros dado os acontecimentos e cerceamento de defesa de  
260 direitos. Encaminhamento: Submetido o Manifesto ao Plenário foi **aprovado** por  
261 unanimidade sem abstenção. 4. Súmula Vinculante 33 - Proposta apresentada pela OAB  
262 Sessão Mato Grosso do Sul em que pede ao CONADE que solicite ao Ministro Luiz  
263 Roberto Barroso do Supremo Tribunal Federal, que seja levada a plenária em caráter  
264 prioritário de tramitação da Proposta de Revisão da Súmula vinculante nº 33 “*Aplicam-se*

265 *ao servidor público, no que couber, as regras do regime geral da previdência social sobre*  
266 *aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º, inciso III da Constituição Federal,*  
267 *até a edição de lei complementar específica. – Relatora Manoela Dutra Macedo (Casa*  
268 *Civil). Encaminhamento: Envio de ofício ao Ministro Luiz Roberto Barroso do STF, com as*  
269 *sugestões da OAB/MS. **aprovado** por unanimidade sem abstenção. 5.Dando*  
270 *continuidade o Conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB) relatou que em decorrência do*  
271 *processo instaurada na Comissão de Atos Normativos que trata dos concursos públicos*  
272 *para ao Cargos de Assistente Social e Psicólogo no Tribunal de Justiça do Estado de São*  
273 *Paulo, o Conade recebeu ofício do Ministério Público do Estado de São Paulo, com a*  
274 *cópia da portaria de instauração de inquérito civil na Promotoria de Justiça de Direitos*  
275 *Humanos para adoção de providências cabíveis referente ao caso. 6.Em seguida,*  
276 *comunicou o recebimento do ofício da Advocacia Geral da União, assinado pelo*  
277 *Procurador Federal Bruno Andrade, sobre a elaboração do Parecer Nº 1/2013 que diverge*  
278 *da Recomendação do Conade Nº 03 de 2012, que dispõe sobre as pessoas com visão*  
279 *monocular ou com perda auditiva unilateral. A AGU comenta: "22. A divergência de*  
280 *posicionamento entre o Conade e o STJ consiste na forma como cada qual interpreta a*  
281 *legislação vigente. Compete ao STJ a interpretação judicial dessa legislação. Por isso, por*  
282 *mais que o Conade entenda de outra forma e que tal interpretação seja tão lógica e*  
283 *respeitável quanto a do STJ, recomenda-se que seja adotada, administrativamente, a*  
284 *jurisprudência do Tribunal como parâmetro sobre o tema. Percebe-se da leitura dos*  
285 *acórdãos citados nesta manifestação que a Administração Pública Federal já age assim*  
286 *quando da elaboração de editais para concurso público. 23. Ante o exposto, sugiro que*  
287 *esta Advocacia Geral da União não endosse ou adote a Recomendação do Conade nº 03.*  
288 *de 1º de dezembro de 2012".Continuando o Conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB)*  
289 *mencionou que conforme ofício recebido, a Advocacia Geral da União aguarda também o*  
290 *posicionamento do Comitê do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência*  
291 *e da Avaliação Unificada da Deficiência e em seguida fez a leitura da minuta de ofício,*

292 informando que tão logo se tenha concluído os trabalhos do Comitê enviará cópia do  
293 documento. Submetido os encaminhamentos da Comissão de Atos Normativos.  
294 **Aprovado** por unanimidade e sem ressalva. O Presidente do Conade, Moisés Bauer Luiz  
295 (MDH) propôs uma inversão na pauta de forma que a Comissão de Políticas Públicas  
296 fizesse a apresentação do relatório no período da tarde, concomitante, com a participação  
297 da ANATEL. Dando continuidade, passou-se a leitura do **relatório da Comissão de**  
298 **Comunicação Social** pela Conselheira Glauciane Santana (Fbasdown). Inicialmente a  
299 conselheira Glauciane registrou que não foi possível fazer a publicização do Boletim  
300 anterior que já estava para sua confecção, pelo fato de alguns conselheiros não terem  
301 enviado as matérias solicitadas. Reiterou o pedido aos conselheiros e conselheiras que  
302 envie até o dia 20 de junho e informou que o Boletim terá um formato de 8 páginas e uma  
303 sessão editorial com um artigo do Presidente do Conade e que terá também um  
304 panorama de algumas entidades a começar pela Farbra que apresentará uma breve  
305 descrição sobre as suas atividades executadas. Solicitou também que as entidades que  
306 vão participar da Conferência dos Estados Partes seja da parte do governo ou da  
307 sociedade civil que envie informações, fotos ou texto com três ou quatro linhas para que  
308 também seja publicizado no *Facebook*. Informou que a Federação Brasileira de  
309 Associações de Síndrome de Down estará presente na Conferência representada pela  
310 sua presidente e vice. Parabenizou Associação Brasileira de *Rugbi* em Cadeira de  
311 Rodas, por levar esporte a alguns estados brasileiros, inclusive em universidades.  
312 Informou também que estará no Boletim um relato da parceria do FCD de Chapecó/SC e  
313 o Ministério Público/SC sobre o controle social. Outro tema a ser abordado no Boletim  
314 será menção honrosa concedida a memória de Rosangela da Silva Santos, representante  
315 da Farbra no Conade. Na seção cultural, o Ministério da Cultura vai fornecer informações  
316 sobre os eventos que tem caráter acessível. A Conselheira Sandra Cipriano Chaves  
317 (Minc) informou que foi lançado um Edital de Culturas Populares. Podem participar do  
318 Edital não só prestadores de serviços como também pessoas jurídicas e pessoa física.

319 Entre a premiação há 50 prêmios na ordem de R\$ 10.000 (dez mil reais) destinados a  
320 coletivos ou pessoa física que atua na área de pessoas com deficiência. Expos que o  
321 edital já estava na página do Ministério da Cultura, bem como no *Facebook*. Conselheiro  
322 Francisco Jacinto Araujo da Silva (Cons. Estaduais) informou que na cidade de  
323 Maracanaú/CE, aconteceu um Festival Junino que recebeu dinheiro do Ministério da  
324 Cultura e questionou sobre a liberação desses recursos, se a alguma recomendação  
325 para que tenha acessibilidade no local do evento. A Conselheira Sandra Cipriano Chaves  
326 (Minc) esclareceu que quando o projeto chega na Secretaria da Cidadania e Diversidade  
327 Cultural é analisado pelos técnicos, sobretudo o item acessibilidade, além disso o  
328 proponente tem que apresentar uma declaração com o compromisso de dispor a  
329 acessibilidade, no entanto, observa-se a dificuldade do proponente em entender as ações  
330 ou instrumentos para tornar o evento acessível. Esclareceu ainda que junto a  
331 Coordenação Geral de acessibilidade da Secretaria da pessoa com deficiência, criaram  
332 uma espécie de menu com todas as ações e normas referente a acessibilidade e que no 1º  
333 dia do evento, comparece um servidor do Ministério da Cultura que atua na fiscalização e  
334 prestação de contas para vistoriar o cumprimento do que foi posto no projeto. O  
335 Conselheiro Suplente Fernando César Thiago de Mello (CNC) ressaltou que uma das  
336 matérias a ser produzida pela Comissão de Comunicação Social é um vídeo com um  
337 membro da Procuradoria Geral da República, falando sobre temas envolvendo as  
338 pessoas com deficiência que chegam a Procuradoria-Geral da República. O Conselheiro  
339 Roberto Paulo do Vale Tiné (APABB) reiterou a solicitação aos conselheiros que se  
340 comprometeram a enviar material para a Comissão de Comunicação Social, sobretudo,  
341 aos coordenadores das comissões. O Conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB) elogiou  
342 publicamente a equipe do Conade pelos prontos atendimentos e apoio a Comissão de  
343 Atos Normativos. O Conselheiro Hugo Frota Magalhães Porto Neto (AMPID) questionou  
344 a representante do Ministério da Cultura, o porquê ao receber os projetos, patrocinados  
345 com verba federal, não tem uma informação previa contidas nos projetos relativa a

346 acessibilidade. Questionou ainda que considerando a LBI como ficaria a responsabilidade  
347 sob pena pelo não cumprimento dos itens citados nos projetos. O Conselheiro Marco  
348 Antonio Castilho Carneiro (Fenapestalozzi), também questionou a representante do  
349 Ministério da Cultura, quais são os parâmetros ou os referenciais que são utilizados para  
350 subvencionar grande eventos, no tocante as regras da acessibilidade e se é observado o  
351 que preconiza tanto no Decreto 5696 ou na LBI. Salientou que é fundamental que o  
352 Ministério da Cultura possa utilizar a rede de controle social, bem como os conselhos  
353 estaduais e das capitais para que possam também ajudar na fiscalização e por fim,  
354 perguntou se no site do Ministério da Cultura existe alguma ferramenta de pesquisa onde  
355 fica disponibilizado as obrigações para que os proponentes possam cumprir com relação  
356 a acessibilidade. A Conselheira Anaildes Campos Sena (CUT) comentou que embora a  
357 questão da acessibilidade esteja na Lei, muitas pessoas não sabem interpretá-la,  
358 imaginam que o fato de colocar uma rampa feita de qualquer ângulo ou banheiro químico  
359 já atende. Chamou a atenção para que não somente os órgãos fiscalizadores o façam,  
360 mas os conselhos estaduais e municipais participem desse processo de fiscalização.  
361 Sandra Cipriano Chaves (Minc) considerou muito boa a participação dos conselhos  
362 estaduais nas fiscalizações e falou que no que se refere à projeto de grande porte como  
363 por exemplo *Rock in Rio*, provocado pela Lei de Incentivo à Cultura, existe uma  
364 Comissão Nacional de Incentivo à Cultura que é composta de representantes dos vários  
365 segmentos culturais que chancelam os projetos para grandes eventos e que  
366 posteriormente são analisados pelos técnicos dos projetos culturais. Ressaltou que o  
367 grande desafio é qualificar os técnicos do Ministério da Cultura no que se refere às  
368 normas de acessibilidade no que se refere a Lei Brasileira de inclusão e endossou todas  
369 a sugestões recebidas e que irá compartilhar com os técnicos da área de fiscalização. O  
370 Conselheiro Francisco Jacinto Araujo da Silva (Cons. Estaduais) propôs a participação da  
371 Comissão de Atos Normativos na Comissão Nacional de Incentivo à Cultura com vista a  
372 avaliar os projetos. A Conselheira Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcante (Mtb) ressaltou

373 que a questão de acessibilidade não se resume na interpretação da Lei, mas também no  
374 conhecimento técnico e diz que já existe uma Coordenação de Acessibilidade na  
375 Secretaria da Pessoa com Deficiência. Após as intervenções, o Presidente do Conade,  
376 Moisés Bauer Luiz (MDH) submeteu a votação o relatório da Comissão de Comunicação  
377 Social sendo **aprovado** por unanimidade sem abstenções. O ex-conselheiro Alexandre  
378 Mapurunga, representante da ABRAÇA – Associação Brasileira para Ação dos Direitos  
379 das Pessoas com Autismo, apresentou a Campanha feita por aquela instituição intitulada  
380 “Sou autista tenho direito ao meu próprio corpo”, informou que em 2016 ocorreu o 1º  
381 Encontro brasileiro de Pessoas Autistas, que foi protagonizado por pessoas autistas, seja  
382 nas mesas, painéis temáticos e GTs, que tratou da questão de sexualidade e  
383 relacionamento, da mulher, da criança, de gênero, de educação inclusiva, cultura e  
384 trabalho. Com os resultados dos temas tratados, foi identificado um ponto crucial por qual  
385 passa as pessoas autistas, a questão da sexualidade o que culminou a realização da  
386 Campanha. Explicou que nela será tratada a questão dos direitos sexuais e reprodutivos,  
387 sexualidade, direito à privacidade e expressar seu gênero e orientação sexual e a  
388 conservar a sua fertilidade. Ao final, agradeceu a oportunidade. Encerrado os trabalhos da  
389 manhã. **06 DE JUNHO DE 2017 – TARDE Presença dos (as) Conselheiros (as)**  
390 **Governamentais:** Casa Civil (Titular) Manoela Dutra Macedo; Conselho Estadual dos  
391 Direitos da Pessoa com Deficiência do Ceará (Titular) Francisco Jacinto Araújo da Silva;  
392 Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Recife (Titular)  
393 Antônio Muniz da Silva; Ministério da Cultura (Titular) Sandra Cipriano Chaves; Ministério  
394 do Desenvolvimento Social e Agrário (Titular) Niusarete Margarida de Lima; Ministério da  
395 Justiça e Segurança Pública (Suplente) Magda Fernanda Medeiros Fernandes; Ministério  
396 do Trabalho (Titular) Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti; Ministério do Transporte,  
397 Portos e Aviação Civil (Titular) Marciano Roberto Pereira de Sousa. **Ausência**  
398 **justificada:** Carolina Moreira Barbosa de Brito (M.Cidades), do Ministério da Educação,  
399 Niusarete Margarida de Lima (MDS) **Presença dos (as) Conselheiros (as) da**

400 **Sociedade Civil:** AFAG (Titular) Wilson Roberto Gomiero; ABRA (Titular) Maria do Carmo  
401 Tourinho Ribeiro; ABRASO (Titular) Rubens Gil Junior; ABRC (Titular) Luiz Cláudio Alves  
402 Pereira; APABB (Titular) Roberto Paulo do Vale Tiné (Suplente) Francisco Djalma de  
403 Oliveira; AMPID (Suplete) Hugo Frota Magalhães Porto Neto; CUT (Titular) Anaíldes  
404 Campos Sena; CBDV (Titular) José Antonio Ferreira Freire, (Suplente) Antônio José do  
405 Nascimento Ferreira; CNC (Titular) Fernando César Thiago de Melo; CONFEA (Titular)  
406 Osvaldo Luiz Valinote; FBASD (Titular) Glauciane Costa Santana; FENAPAES (Suplente)  
407 Erivaldo Fernandes Neto; FENAPESTALOZZI (Titular) Marco Antonio Castilho Carneiro;  
408 FENEIS (Titular) Francisco Eduardo Coelho da Rocha, (Suplente) Filipe Trigueiro Xavier  
409 Correia; MORHAN (Suplente) Valdenora da Cruz Rodrigues; OAB (Titular) Joaquim  
410 Santana Neto; ONCB (Titular) Clóvis Alberto Pereira; ONEDEF (Titular) Carmem Lúcia  
411 Lopes Fogaça. **Ausência justificada:** Ariadne Clarissa Klein Santorini (Ampid) Reaberto  
412 os trabalhos da tarde. O Conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro (Fenapestalozzi)  
413 proferiu a chamada regimental e foi verificado o quórum suficiente para dar continuidade  
414 da pauta. Logo ocorreu a apresentação do relatório da **Comissão de Políticas Públicas**  
415 – pela Conselheira Maria do Carmo Tourinho (ABRA). 1- Ofício 077/2017 enviado pela  
416 Organização Nacional dos Cegos do Brasil – ONCB em que solicitar manifestação do  
417 Conade acerca do Parecer sobre Curso de Orientação e Mobilidade ministrados  
418 totalmente à distância. Relatora: Maria do Carmo Tourinho. Solicitado apoio ao Instituto  
419 Benjamin Constant sobre o tema em questão por meio do Ministério da Educação, o  
420 referido Instituto enviou um Parecer que acolheu as sugestões da ONCB.  
421 Encaminhamento: oficializar o Ministério da Educação para o efetivo acompanhamento,  
422 monitoramento e avaliação dos cursos oferecidos à distância. Oficializar a ONCB com a  
423 concordância da Comissão do Parecer do IBC. **Aprovado** sem abstenção. 2. Ofício  
424 014/2017 enviado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do  
425 Paraná em que solicita análise do Kit de materiais para estudantes com dificuldade de  
426 aprendizagem. Relator José Rafael Miranda. Encaminhamento: Com a informação do

427 MEC de que o kit já se encontra incorporado no catálogo de materiais do Fundo Nacional  
428 de Desenvolvimento da Educação FNDE, foi deliberado pela Comissão responder ao  
429 requerente sobre as providências do MEC. **Aprovado por unanimidade sem**  
430 **abstenções**. O item de número (3) tem relação com a apresentação da ANATEL, ponto  
431 proposto pelo Conselheiro Francisco Eduardo Rocha (Feneis), que informou que a Feneis  
432 é representante de 10 milhões de deficientes com perda auditiva no Brasil e comentou  
433 alguns diretrizes do Manual Operacional do Regimento chamada Morgan da  
434 acessibilidade. Logo em seguida passou a palavra ao conselheiro suplente da Feneis  
435 Felipe Correia, que comentou que no Manual não estava contemplando o surdo-cego e  
436 pessoas com baixa visão e surdas. Ressaltou que a Feneis não foi previamente  
437 consultada, inclusive foi enviado um Parecer com o posicionamento da Feneis sobre a  
438 implementação da Resolução 667, mas não houve consenso. No item número (4), a  
439 Conselheira Maria do Carmo Tourinho (Abra) apresentou uma denúncia enviada pelo  
440 Conselho Estadual para Política de Integração da Pessoa com Deficiência do Rio de  
441 Janeiro, sobre Abrigos e Centros Dia para pessoas com Deficiência no Estado do Rio de  
442 Janeiro. O Conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro (Fenapestalozzi), fez uma  
443 síntese da problemática situação em que se encontra os abrigos do Estado do Rio de  
444 Janeiro e falou que o Ministério do Desenvolvimento Social é um órgão repassador de  
445 recursos na perspectiva do cofinanciamento aos Estado e tem por obrigação fiscalizar se  
446 esses recursos estão chegando a quem deve chegar e por fim, ressaltou que o fato urge  
447 um acompanhamento do Conade. O Conselheiro Francisco Jacinto Araujo da Silva  
448 (Conselhos Estaduais) concordou com as ponderações do Conselheiro Marco Antonio  
449 Castilho e propôs envolver também o ministério da Saúde. O Conselheiro Rubens Gil  
450 Junior (Abraso) manifestou favorável a proposta do Conselheiro Francisco Jacinto, e  
451 relato dificuldades que algumas instituições representativas dos ostomizados, estão  
452 passando pela falta de matéria de ostomia e como o Ministério da Saúde está lidando  
453 com tais situações. A Conselheira Carmem Lucia Fogaça (Onedef) propôs convidar a

454 Secretária Nacional de Assistência Social para próxima reunião em agosto e estender  
455 também o convite para a Sra. Dulce Helena, Diretora do Fundo da Assistência Social. O  
456 Presidente do Conade, Moisés Bauer Luiz (MDH) colocou a proposta em votação.  
457 **Aprovada**. Conselheira Maria do Carmo Tourinho (Abra) retomou a apresentação do  
458 relatório no item (5) sobre bloqueio de cartão de crédito para surdos. O Conselheiro  
459 suplente Felipe Trigueiro explanou que as operadoras não atendem diretamente a pessoa  
460 com deficiência na hora do desbloqueio do cartão e que também não passam  
461 informações para familiares, amigos e que não disponibiliza nenhum meio para que eles  
462 possam resolver a forma do desbloqueio de cartão de crédito e outras questões  
463 bancárias. Conselheira Maria do Carmo Tourinho (Abra) informou que a Comissão de  
464 Políticas Públicas irá tratar dessa questão juntamente com a Comissão de Atos  
465 Normativos. O Conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro (Fenapestalozzi) esclareceu  
466 a proposta dizendo que a questão passará por uma análise na Comissão de Atos  
467 Normativos e convidará as administradoras de cartões de crédito para que se estude a  
468 melhor forma de atendimento as pessoas com deficiências, em especial, auditivos e  
469 visuais. Feito os esclarecimentos foi submetido o Relatório da Comissão de Políticas  
470 Públicas ao plenário. **Aprovado sem abstenções.** **Comissão de Orçamento e Finanças**  
471 – O Conselheiro Wilson Gomiero relatou que tinha como pauta a leitura e análise dos  
472 Projetos de Lei do Senado 587, e o Projeto de Lei 222 da Câmara Federal, sobre a  
473 instituição do fundo da pessoa com deficiência, além de uma audiência com o Secretário  
474 Nacional da Pessoa com Deficiência sobre o tema. Considerando a complexidade do  
475 tema e o pouco tempo deliberou por encaminhar os dois projetos à Comissão de Atos  
476 Normativos com o intuito de um estudo para viabilizar a junção desses dois projetos de  
477 lei. O Conselheiro Luiz Cláudio Pereira **(ABRC)** citou que ficou surpreso pelo fato de ter  
478 dois processo sobre a instituição do fundo da pessoa com deficiência já em tramitação.  
479 Porém, lamentou que o Conade não tenha sido chamado para opinar sobre o tema e  
480 expressou preocupação pois, embora o tema seja igualitário apresentam proposta

481 diferenciadas. Propôs o envio de uma carta do Conade aos relatores do senado e da  
482 câmara informando o que é o Conade e o seu papel e que o mesmo precisa ser ouvido  
483 quando se trata de legislação que diz respeito ao segmento da pessoa com deficiência.  
484 Parabenizou o Presidente do Conade, Moises Bauer Luiz, quando esteve no Conselho  
485 Estadual do Rio Grande do Sul pela sua atuação na criação do fundo naquele conselho.  
486 O Conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro (Fenapestalozzi) fez um alerta que a  
487 Comissão de Atos Normativos para que deliberasse a matéria com uma certa serenidade  
488 visto que o plenário até então tinha a informação de que somente existia um projeto no  
489 Senado sobre o tema, e por meio de pesquisa descobriu-se outro na Câmara Federal e  
490 que este último está com a tramitação avançada. Propôs, dada a relevância e urgência  
491 da questão, uma reunião extraordinária da Comissão de Atos Normativos e que de acordo  
492 com a análise da Comissão sugeriu a elaboração de uma recomendação aos estados e  
493 municípios para que criem seus fundos. O Conselheiro Luiz Cláudio Pereira (ABRC)  
494 informou que, em se confirmando a reunião com os relatores dos Projetos de Leis, estará  
495 disponível para participar com passagens custeada pela própria entidade na qual  
496 representa. O Presidente do Conade, Moisés Bauer Luiz (MDH) se colocou à disposição  
497 pra colaborar com a Comissão de Atos Normativos e exemplificou que no Estado do Rio  
498 Grande do Sul desde 2010/2011, se criou o fundo estadual da pessoa com deficiência, no  
499 entanto, não há dinheiro. Citou que a proposta da senadora Lídice da Matta é um fundo,  
500 sem fundo porque não está atrelado à captação de recurso, a fonte de recurso segura.  
501 Acredita que hoje no Brasil, há duas possibilidades de fundo alimentado com sucesso.  
502 Primeiro: A dedução do imposto de renda que é aplicado pra criança, adolescente e para  
503 o idoso e/ou uma cota da loteria, como é para esporte olímpico e paralímpico. Segundo  
504 ponto: iniciativa de parlamentar não pode mexer em alíquota, dedução, em incentivo em  
505 impostos de tributos, o Deputado Felipe Bornier do Rio de Janeiro, propõe uma dedução,  
506 diferente de 4%, que não é aplicada no lar da criança e nem do idoso, e isso não cabe a  
507 um parlamentar fazer. Se aprovado nos termos dessa dedução é projeto que nasce

508 morto. Informou que após um estudo do PL que está no Senado, tomou-se a iniciativa de  
509 utilizar a mesma estratégia utilizada para o Fundo Nacional do Idoso, que surgiu de  
510 iniciativa de parlamentar, não do executivo. Esclareceu que o Parlamentar não mexeu na  
511 alíquota aplicada pra criança e para adolescente, ou seja de 1% para pessoa jurídica até  
512 1% do imposto devido, e até 6% pra pessoa física. Uma vez que cabe ao executivo.  
513 Apenas apresenta mais uma alternativa para contribuinte decidir. Propôs que a CAN  
514 verifique qual dos dois projetos está na fase mais adiantada de tramitação para que se  
515 avalie uma proposta de substitutivo que atenda aos anseios do segmento da pessoa  
516 com deficiência. A Conselheira Anaíldes Campos Sena (CUT) ponderou sobre a  
517 invisibilidade do Conade às questões referentes à pessoa com deficiência não só no que  
518 diz respeito ao fundo. Solicitou um empenho maior do Conselho, órgão legítimo de  
519 representação, de orientação para todas as questões relacionadas pra pessoa com  
520 deficiência. A seguir o Presidente do Conade, Moisés Bauer Luiz (MDH) citou a proposta  
521 da Comissão de Orçamento e Finanças de se encaminhar a matéria a Comissão de Atos  
522 Normativos para que elabore um Substitutivo e a Comissão de Orçamento e Finanças  
523 auxilie na articulação. Logo passou para a **aprovação da proposta, sendo aprovada**  
524 **sem abstenção.** O Conselheiro Wilson Roberto Gomiero (Afag) informou que também  
525 havia na pauta da COF o envio de um convite ao Procurador do TCU, Doutor Sérgio  
526 Caribé para apresentação dos resultados do plano viver sem limite para próxima reunião  
527 do Conade e enalteceu a presença do Conselheiro Marciano Roberto, (M. transportes) na  
528 Comissão e suas contribuições. O Conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro  
529 (Fenapestalozzi) enfatizou a proposta feita pelo Conselheiro Wilson Gomiero e lembrou  
530 que na gestão passada foi enviado um expediente a Secretaria da Pessoa com  
531 Deficiência, solicitando informações sobre o Plano Viver sem Limite, nesse sentido  
532 propôs o envio de um convite ao Secretário da Pessoa com Deficiência para que  
533 explanasse sobre o Plano e suas perspectivas, tendo em vista também a participação do  
534 TCU. O Conselheiro Francisco Jacinto Araujo da Silva (Cons. Estaduais) citou que foi

535 inaugurado um Centro Especializado de Reabilitação no estado do Ceará, previsto dentro  
536 do plano Brasil Viver Sem Limite, porém não tornou se realidade e acredita que alguns  
537 estados passe por essa mesma situação. Ressaltou que é necessário que o Secretário  
538 da Pessoa com Deficiência forneça informações sobre o Plano. A Conselheira Manoela  
539 Dutra Macedo (Casa Civil) informou que a Casa Civil carimbou o orçamento do Plano  
540 Viver Sem Limites ao longo 2011/2014 e esses carimbos continuam vigentes e que  
541 alguns ministérios continuam alocando recursos e outros não por determinação da Casa  
542 Civil. No entanto, esclareceu que esses carimbos no orçamento nos planos orçamentários  
543 não refletem, mais a realidade e que é preciso fazer um realinhamento com os ministérios  
544 para uma definição dessas alocações. O Presidente do Conade, Moisés Bauer Luiz  
545 (MDH) disse que a avaliação do TCU sobre o Plano Viver Sem Limite, no período de  
546 2011/2014 já se encerrou e que o próximo passo é saber se haverá continuidade do  
547 Plano. Portanto, entende ser bem oportuno que o tema seja pautado na reunião de  
548 agosto. Em seguida anunciou a presença do Sr. Rodrigo Machado, Coordenador Geral de  
549 Acessibilidade da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência para também  
550 acompanhar o próximo ponto de pauta que refere-se a identificação dos principais  
551 problemas que as pessoas com deficiência enfrentam nos aeroportos do Brasil.  
552 Esclareceu que a proposta foi um resultado de uma reunião entre ANAC e a Secretaria  
553 dos Direitos da Pessoa com Deficiência, onde ANAC se compromissou a tentar solucionar  
554 alguns desses problemas e solicitou ao Conade para elencar por ordem de, não  
555 necessariamente de prioridade, mas de maior incidência de problemas para eles  
556 começarem a atacar esses problemas que são mais recorrentes, são mais frequentes.  
557 Logo anunciou a presença dos Representantes da ANAC: Marcelo Conceição e Isabela  
558 Pamplona e salientou a importância de ouvir todos os conselheiros e conselheiras com e  
559 sem deficiência. A ideia foi levantar os principais problemas enfrentados pelas pessoas  
560 com deficiência nos aeroportos do Brasil. O Conselheiro Rubens Gil (Abraso) relatou o  
561 fato de uma pessoa ostomizada que ao embarcar no aeroporto do Galeão no Estado do

562 Rio de Janeiro com o destino ao aeroporto de Guarulhos/SP, informou ao atendente  
563 que era uma pessoa ostomizada e perguntou onde havia um banheiro para fazer sua  
564 higienização, no entanto ao retornar, ouviu do atendente da Avianca que só poderia  
565 embarcar se possuísse um atestado médico autorizando a viajar sozinho. Mesmo  
566 explicando o que era ostomia, apresentando o atestado cirúrgico, não foi autorizado a  
567 embarcar e foi orientado a procurar a ANAC que por sua vez entrou em contato com a  
568 empresa Avianca, mas não houve êxito. Segundo o passageiro, não foi aberto nenhum  
569 procedimento tanto por parte da empresa bem como da ANAC. O Conselheiro Rubens Gil  
570 Neto falou que estará oficializando a denúncia ao Conselho Nacional dos Direitos da  
571 Pessoa com Deficiência e solicitou a intermediação da ANAC para resgatar a mala que  
572 contém documentos e remédios e outros objetos pessoais do passageiro, uma vez que o  
573 mesmo esqueceu no aeroporto, no momento que procurou a Anac para fazer a  
574 reclamação. A Conselheiro Carmem Lúcia Fogaça (Onedef) referiu-se a treinamento dos  
575 funcionários das companhias aéreas, pois as formas do encaminhadas das pessoas em  
576 cadeiras de rodas são diferente de companhia para companhia. Sugeriu a ANAC que se  
577 pense numa padronização para tipo de transporte. Referiu-se também a questão da  
578 muleta, pois ao colocá-la no bagageiro a mesma é coberta por malas, o que dificulta sua  
579 ida ao banheiro e finalizou sua fala solicitando providências e o respeito do direito de ir e  
580 vir. O Conselheiro Antonio Muniz (Repres. dos Conselhos Municipais) relatou que nos  
581 anos 90 (noventa) a então Coordenaria para Integração da Pessoa com Deficiência –  
582 Corde e a ANAC elaboraram um documento com as orientações do voo em Braille e que  
583 hoje raramente é oferecido pela aeromoça a uma pessoa cega. O segundo ponto relatado  
584 foi sobre os sites das companhias aéreas que não são acessíveis mesmo utilizando  
585 software modernos, não se consegue nem fazer o checkin. Terceiro ponto, muitos usuários  
586 de bengala ou de cão guia ao chegar no aeroporto não tem atendimento imediato pelos  
587 próprios funcionários do aeroporto. Finalizou dizendo que não entende porque  
588 desembarque da pessoa com deficiência é feito por último e ratificou a proposta da

589 Conselheira Carmem Lúcia Fogaça sobre o treinamento dos funcionários do aeroportos,  
590 sobretudo, levando em consideração as especificidades. A Conselheira Anaildes Campos  
591 Sena (CUT) solicitou esclarecimentos aos representantes da ANAC sobre o Medif  
592 (Formulário de Informação médica) para redução do valor da passagem para  
593 acompanhante e também sobre o preenchimento do Medif, pois cada companhia tem o  
594 seu próprio e propôs um estudo sobre a padronização desse formulário. Outra questão  
595 levantada pela conselheira foi sobre os assentos da primeira fileira, pois segundo, a  
596 mesma já foi lhe cobrado um valor, mesmo na sua condição de cadeirante. Outra questão  
597 levantada foi também sobre os assentos na primeira fila e a falta de compreensão dos  
598 atendentes da aeronave em fazer logo o desembarque uma vez que a cadeiras de rodas  
599 estão tão próximas. O Conselheiro suplente Francisco Djalma de Oliveira ( APABB)  
600 comentou sobre o FREMEC que é um documento com base na Resolução da ANAC de  
601 2007 que possibilita os acompanhantes de pessoa com deficiência ter desconto a partir  
602 do 80% nos voos e que pelo fato de as companhias aéreas terem o seu próprio Fremec  
603 sugeriu a ANAC um estudo para elaborar uma norma que padronizem esse documento.  
604 Sugeriu ainda a ampliação do tempo de validação do Fremec elevando para acima de um  
605 ano. O Conselheiro titular Roberto Paulo do Vale Tiné (APABB) apontou que o nível de  
606 treinamento que os funcionários de aeroportos têm para atender as pessoa com  
607 deficiência é bem emblemático. Comentou que no caso relatado pelo Conselheiro Rubens  
608 Gil, mesmo que exista uma norma da Anac, que exige laudo médico, foi inconcebível pedi  
609 um laudo médico a uma pessoa ostomizada. Finalizou sugerindo que a ANAC leve esse  
610 caso específico e os demais que foram citados não como casos isolados, mas como  
611 casos emblemático pela falta de capacitação dos funcionários dos aeroportos e ressaltou  
612 que já participou de um grupo de trabalho do Conade junto com ANAC envolvendo  
613 esse tipo de treinamento, mas que deve continuar tendo em vista a rotatividade dos  
614 funcionários. O Conselheiro Clovis Alberto Pereira (ONCB) lembrou que já esteve em  
615 reunião com a ANAC, ocasião que foram apresentadas demandas relativas a Resolução

616 280 que fala dos direitos do PNAE e a Portaria 1515 que fala dos procedimentos. Citou  
617 que a Resolução 280, fala dentre outras coisas que as pessoas com deficiência têm  
618 direito ao mesmo atendimento em ordem preferencial aos demais passageiros e que não  
619 deve em virtude da sua deficiência ser exposta a nenhum prejuízo, no entanto, falou que  
620 isso não acontece desde a hora da compra da passagem aérea, no atendimento no  
621 balcão, na inspeção o que contraria totalmente o que diz na LBI, consequência da falta  
622 do treinamento e da alta rotatividade dos funcionários. Em seguida, diz assusta-se pelo o  
623 fato da Resolução 280 ou a Portaria 1515, ignora a Lei Brasileira de Inclusão, assim como  
624 a Convenção acerca dos direitos da pessoa com deficiência. Ressaltou que em razão  
625 dos inúmeros transtornos e desconfortos faz-se necessário uma discussão sobre esses  
626 procedimentos e que uma Resolução ou Portaria não pode sobrepor uma Convenção que  
627 tem valor constitucional e muito menos a LBI. Falou que a questão do treinamento não se  
628 resolve apenas com um vídeo ou uma cartilha, é imprescindível o contato com a pessoa  
629 com deficiência. Finalizou informando que foi enviado pela ONCB um ofício questionado  
630 a ANAC sobre a cobrança adicional de bagagem para pessoa com deficiência visual e  
631 outras. A Senhora Isabela Pamplona (ANAC) respondeu a indagação do Conselheiro  
632 Clovis Alberto Pereira, informando que a ANAC recebeu o ofício da ONCB e que o mesmo  
633 já havia sido respondido por e-mail. O Conselheiro Luiz Cláudio Pereira ( ABRC) avaliou  
634 que o fato dos procedimentos serem de responsabilidade das companhias aéreas e muito  
635 ruim e disse que o ideal seria um regulamento da ANAC, em que padronizasse os  
636 procedimentos. Deu alguns exemplos relatando as dificuldades encontradas nos  
637 aeroportos nacional e internacionais no que diz respeito a tarifas, check-in e bagagens. O  
638 Conselheiro Francisco Jacinto (Repres. dos Cons. Estaduais) fez referência ao Símbolo  
639 Internacional de Acessibilidade estampada a porta do banheiro do avião, no entanto,  
640 informou que nunca usou haja vista a dificuldade de se locomover dentro da aeronave por  
641 estar na primeira fileira. Salientou que as pessoas com deficiência são os primeiros a  
642 embarcar e os últimos a descer. Relatou um caso do Sr. Emerson Damasceno que tem

643 sequela medular em uma viagem internacional ficou sete horas sem ir ao banheiro, entre  
644 outros que passaram por várias dificuldades e desrespeito, finalizou dizendo que as  
645 pessoas com deficiência estão à mercê da própria sorte quando embarca em aviões. O  
646 Conselheiro Francisco Eduardo Coelho da Rocha ( Feneis) pontuou a falta de  
647 acessibilidade para os surdos no momento do check-in, dentro da aeronaves, e quando  
648 ocorrer a mudança de portão, pois nesse caso a informação é sonora, e acha melhor que  
649 fosse também visual. Outro caso, e quando um surdo perde o voo, a comunicação é  
650 dificultada. Citou que mesmo que na aeronave exista um painel de informações em  
651 legenda e fone de ouvidos a programação dos filmes não existe legenda. O Conselheiro  
652 suplente Felipe Trigueiro Xavier Correia (Feneis) relatou que havia comprado um bilhete  
653 aéreo que já constava o número do portão e ao chegar no referido portão o embarque  
654 havia mudado e não havia ninguém para orientar. Ao questionar um funcionário o mesmo  
655 informou que havia sido comunicado a troca do portão por meio sonoro. Comentou  
656 também sobre a questão das filas, é sabido que a prioridade são das pessoas com  
657 deficiência, mas existe outra fila para quem possui o cartão fidelidade que os usuários se  
658 irritam e geram até confusão por não embarcarem de imediato. Por fim, reforçou a  
659 necessidade de treinamento aos funcionários dos aeroportos. Conselheira Glauciane  
660 Costa Santana (FBASDOW) informou que há um certo constrangimento no ato do  
661 embarque de pessoas com deficiência intelectual, ao ser inquirida pelo funcionário se a  
662 criança, o jovem, ou adulto não vai dar nenhum ataque, se é agressiva ou se já tomou o  
663 medicamento do que precisava. Fez vários relatos de constrangimento pelo que passou  
664 familiares de pessoas com síndrome de down e de autismo. Diante disso, no ato do  
665 check-in, por medida de segurança, esta avisando que embarcará uma pessoa com  
666 deficiência e que precisa de assistência especial naquele voo.  
667 O Conselheiro Marco Antonio Carneiro Castilho (Fenapestalozzi) registrou sua indignação  
668 referente a questão da terminologia que os aeroportos utilizam para se referir às pessoas  
669 com deficiência, por mais que o movimento repudia a forma que é anunciado.

670 Exemplificou que no aeroporto Santos Dumont o atendimento é “ prioritário para pessoas  
671 portadores de deficiência”, já no Galeão é “ para portadores de necessidades especiais”.  
672 Portanto, propôs a Anac fazer um conjunto de orientações para todos os aeroportos, para  
673 todos os profissionais de que o tratamento correto é, chamar prioritariamente pessoa com  
674 deficiência. A Assessora Izana Barbosa (Conade) sugeriu que no treinamento dos  
675 funcionários dos aeroportos estivessem presente também pessoas com deficiência de  
676 forma que possam relatar, orientar a melhor forma de transporte e de tratamento.  
677 Levantou o problema sobre a marcação de assento, pois mesmo assinalando na compra  
678 do bilhete aéreo que é uma pessoa com deficiência e que terá acompanhante, não  
679 consegue marcar os assentos na primeira fileira e que para que isso ocorra, é cobrado  
680 uma taxa. Em relação ao Fremec, pondera que no ato do preenchimento as reservas das  
681 poltronas já deveriam ser automaticamente bloqueadas para a pessoa com deficiência e o  
682 acompanhante, o que evitaria transtornos e constrangimentos. Comentou ainda, que no  
683 entendimento dos funcionários da aeronave o acompanhante deve utilizar qualquer  
684 assento dentro do avião, não necessariamente ao lado da pessoa com deficiência.

685 O Conselheiro Clovis Alberto Pereira (ONCB) relatou que em uma audiência pública  
686 ocorrida no Senado ouviu do Senhor Eduardo, representante das companhias aéreas,  
687 que os constrangimentos que ocorrem, são por conta das pessoas com deficiências que  
688 são estressadas, descontentes por não haver acessibilidade nas cidades, nos táxis e  
689 jogou toda a carga em cima da pessoa com deficiência. Enalteceu o trabalho na ANAC e  
690 convida para uma aproximação com o Conade.

691 O Servidor Rodrigo Machado (SNPD) agradeceu a participação da Anac e ressaltou que  
692 a Anac quem procurou a Secretaria pra saber quais são os principais problemas que as  
693 pessoas com deficiência estão identificando nos aeroportos para intensificar a  
694 fiscalização. Ratificou as palavras do Conselheiro Clovis Pereira pela aproximação e  
695 parceria com a ANAC. O Senhor Marcelo Conceição (ANAC) comentou que concorda e

696 discorda de alguns pontos relatados pela plenária, sobretudo as críticas da Resolução  
697 280, qual considera a melhor norma regulatória elaborada até então. Do ponto de vista da  
698 fiscalização, citou que a Anac é sempre parceira e estará sempre aberta para ouvir  
699 queixas, apontamentos, dúvidas sobre a norma o que reforça internamente procurar  
700 inovações normativas. Informou que a ANAC, além do Conade, tem parcerias com vários  
701 órgãos e dessas parcerias surgem vários projetos e que com a equipe da Acessibilidade  
702 do Ministério dos Direitos Humanos é que fazem com que esses projetos avancem.  
703 Relatou que um grupo de pesquisadores e psicólogos iniciaram um projeto com a ideia de  
704 ambientação das crianças com síndrome de down, autismo e etc, em aeroportos, em  
705 aeronaves. Informou que a Secretaria da Pessoa com Deficiência de Campinas promoveu  
706 em parceria com a Companhia Azul uma capacitação em acessibilidade à distância aos  
707 seus funcionários. A Anac irá avaliar e reconhecendo o valor ira estimular outras  
708 empresas aéreas a realizarem também esse curso, uma vez que é gratuito e gera um  
709 certificado aos funcionários e é posteriormente a Anac, fará uma verificação dos cursos  
710 internos das empresas aéreas em termos de acessibilidade. Fez um convite ao Servidor  
711 Rodrigo Machado (SNPD) para também participar dessa verificação.  
712 Conselheiro Rubens Gil Neto (Abraso) sugeriu a Anac uma reorientação aos  
713 colaboradores nos postos da Anac nos aeroportos na sua forma de atendimento e que  
714 não deixem de registrar os fatos que porventura venham a ocorrer.  
715 O Conselheiro Clovis Alberto Pereira (ONCB) comentou que todas as pessoas devem  
716 registrar a ocorrência e informou que em fevereiro de 2016, passou por um problema de  
717 perda de voo e teve danos morais, física e financeiro e registrou o fato junto a ANAC,  
718 posteriormente entrou com uma ação na justiça que foi declarado improcedente, mas já  
719 recorreu da sentença. Salientou que até o presente a Anac não deu retorno sobre os  
720 encaminhamentos adotados. O Presidente do Conade, Moisés Bauer Luiz (MDH)  
721 agradeceu a presença dos representantes da Anac. O Conselheiro Marco Antonio  
722 Castilho (Fenapestalozzi) propôs pautar a Anac, para que apresente, de acordo com o

723 que foi levantado pela plenária, as considerações das questões mais complexas  
724 apresentadas. A Senhora Isabela Pamplona (Anac), ponderou que desde 2015 a  
725 Resolução 280 é utilizado em todas as fiscalizações que são feitas pela ANAC nos 22  
726 aeroportos e também nas fiscalizações rotativas. Ressaltou a importância do documento.  
727 O Conselheiro Suplente Francisco Djalma (Apabb) pediu para que a Anac, enviasse ao  
728 Conade alguns encaminhamentos adotados a partir do que foi registrado antes da  
729 próxima reunião do Conade. O Presidente do Conade, Moisés Bauer Luiz (MDH)  
730 convidou a Anac para retornar na próxima reunião do Conade. A seguir, anunciou o último  
731 item da pauta do dia a respeito da minuta de regulamentação do Artigo 44 da Lei  
732 Brasileira de Inclusão que trata de assentos reservados para pessoa com deficiência em  
733 espaços de espetáculos, estádios, cinemas, teatros que por consequência vai alterar o  
734 Decreto da acessibilidade 5296. Informou que o Servidor Rodrigo Machado conduziu um  
735 grupo de trabalho interministerial e participação social e que esta discussão é de suma  
736 importância antes da publicação do Decreto. O Servidor Rodrigo Machado (MDH)  
737 esclareceu que o artigo 44 não estava nas listas dos artigos a serem regulamentados  
738 porque acreditava-se que ele já estava regulamentado pelo Decreto 5296, porém ao  
739 analisar o texto da LBI e o texto do Decreto verificou-se que faltava algo mais. A seguir,  
740 fez a leitura do artigo 44 que é parecido com o que diz no artigo 23 do decreto 5296,  
741 *“nos teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e*  
742 *de conferências e similares serão reservados espaços livres e assentos para pessoa com*  
743 *deficiência de acordo com a capacidade de lotação da edificação observado o disposto*  
744 *em regulamento”* Destacou também o Parágrafo 2º (Segundo) que fala da questão de no  
745 caso de não haver comprovada a procura pelos assentos reservados eles podem  
746 excepcionalmente serem ocupados por pessoas sem deficiência ou que não tenha  
747 mobilidade reduzida. Esclareceu que no mesmo disposto no decreto 5296, verificou-se  
748 que precisava regulamentar essa parte de que *“comprovado a procura”*, mas não diz  
749 como vai ser operacionalizado. Falou que sobre a questão da quantidade, pois o Decreto

750 5296 descreve “ *quantidade, 2% de pessoa em cadeira de rodas mais acompanhante e*  
751 *2% de para pessoa com deficiência visual e mobilidade reduzida, incluindo obeso mais*  
752 *acompanhante*. Informou que na Norma de 2004 e na Norma 9050 de 2004 traziam uma  
753 tabela que dizia exatamente quais eram a quantidade de pessoas em cadeira de rodas,  
754 para pessoa com mobilidade reduzida e para pessoas obesas. Prosseguindo, esclareceu  
755 que em 2015 a Norma 9050 foi alterada, ficando o novo texto a “ *quantidade dos espaços*  
756 *para pessoa em cadeira de rodas e assentos para pessoa com deficiência visual, pessoa*  
757 *com mobilidade reduzida e pessoa obesa é determinado em legislação específica”* . Com  
758 essa alteração a Norma não traz mais especificação de quantidade de assentos para  
759 obesos, diante disso, verificou-se a necessidade de regulamentar o artigo 44. Em  
760 seguida, leu um trecho da proposta da minuta: *espaços que tem até mil lugares vão*  
761 *continuar tendo 2% para pessoas em cadeira de rodas mais um acompanhante*.  
762 Esclareceu que ainda sobre a questão do *reservado* a possibilidade da pessoa sentar em  
763 grupo familiar e mais 2% para pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Assim  
764 para espaços acima de mil lugares mantem os 2% ou seja 20 espaços e o que passar de  
765 mil 1%. Exemplificou que na época da Copa não se chegou aos 2% dentro do estádio, por  
766 isso, entendeu-se ser assim 2% até mil e mais 1% do que passar de mil. Sobre o espaço  
767 para obeso foi feita a seguinte proposta: *desses 2% pessoas com deficiência ou com*  
768 *mobilidade reduzida à metade desses assentos tem que ter características dimensionais*  
769 *para pessoa obesa, ou seja, ele tem que ter 75 centímetros de largura ele tem que*  
770 *aguentar uma carga de 250 kg*. Logo, passou para a regulamentação de “ *não haver*  
771 *comprovada procura”* e foi proposto o seguinte texto: *Não havendo procura 24 horas*  
772 *antes do evento, pode liberar o assento para outras pessoas*. Explanou que não se  
773 enquadra para qualquer evento ou atividade, pois o artigo 44 é bastante diversificado, vai  
774 desde teatro, locais de espetáculos, ginásios. Citou que 24 horas antes do evento é a  
775 regra, no entanto, foi criado algumas exceções e exemplificou, eventos com mais de 10  
776 mil lugares, 72 horas antes do evento e no caso de cinema, 30 minutos antes do início da

777 sessão. O Conselheiro Francisco Jacinto (Repres dos Cons. Estaduais) questionou como  
778 vai ser a fiscalização, uma vez que não está previsto na legislação.  
779 O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné (Apabb) citou que em relação àquela reserva  
780 de lugares que poderão ser disponibilizados para outras pessoas, poderia ser incluído  
781 também teatros pois tem a mesma característica do cinema. Referiu-se a tabela  
782 apresentada a qual parte de um princípio de uma legislação internacional que já previa  
783 reescalonamento. Exemplificou se em um auditório de 100 pessoas, reserva-se 2% de  
784 vagas, e num estádio de 80.000 pessoas, reservar 2%, não faz sentido. Ressaltou que na  
785 referida tabela já previa que de acordo com a capacidade do ambiente o número ia sendo  
786 reduzido por não existir a procura. Exemplificou, um estádio com capacidade de 50 mil e  
787 reservar 2%, não vai ter mil lugares para pessoa com deficiência, uma vez que ao falar  
788 em reserva de lugares, pensa-se em cadeirantes porque os outros tipos de deficiência se  
789 misturam com a plateia. Por fim questionou se os 2% ou 1% constante no Decreto foi  
790 baseado na tabela. O Conselheiro Osvaldo Valinote (Confea) fez duas observações, mas  
791 antes cumprimentou o Sr. Rodrigo Machado pelo trabalho, pela boa técnica e o bom  
792 senso. Logo explicou que utilizando duas ferramentas, o conhecimento e o bom senso,  
793 chega-se a números ideais, próximo da perfeição, mas sem atingi-la.  
794 Conselheiro Clovis Alberto Pereira (ONCB) solicitou a leitura do paragrafo 6º que foi feita  
795 pelo Servidor Rodrigo Machado. *Paragrafo sexto, para obtenção de financiamento que*  
796 *trata o inciso 3 (isso aqui já estava no decreto que a gente não alterou, só estou mudando*  
797 *aqui por conta da terminologia que estava escrito portadores, mas eu vou ler aqui). Para*  
798 *obtenção do financiamento de que trata o inciso 3 do caput do artigo 2º, as salas de*  
799 *espetáculo deverão dispor de sistemas sonorização assistida para pessoas com*  
800 *deficiência auditiva por meios eletrônicos que permitam o acompanhamento por meio de*  
801 *legendas em tempo ou de disposições de presença física de interpretes de libras e guias*  
802 *interpretes, com a projeção em tela da imagem do interprete de libras sempre que a*  
803 *distância não permitir sua visualização direta.* Após a leitura o Conselheiro Clovis Alberto

804 Pereira (ONCB) propôs adicionar “audio-descrição” visto que se fala em meios  
805 eletrônicos. O Conselheiro Suplente Francisco Djalma de Oliveira( APABB) questionou  
806 como esta situação hoje da regulamentação e como que sendo o trabalho com os outros  
807 órgãos, ressaltou que é extremamente muito bem vinda um olhar transversal. O  
808 Servidor Rodrigo Machado (MDH) em resposta aos questionamentos da plenária falou  
809 que a questão da fiscalização não se sabe ainda como colocar no Decreto, mas solicitou  
810 que enviasse sugestões para ser incorporado no Decreto e fez a leitura como esta na Lei  
811 Brasileira de Inclusão “*Os espaços livres para pessoas em cadeiras de roda e os*  
812 *assentos reservados para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, serão*  
813 *identificados no mapa de assento localizado no ponto de venda dos ingressos e de*  
814 *divulgação do evento que sejam eles físicos ou virtuais.” e “Paragrafo único: Os pontos*  
815 *físicos e os sítios eletrônicos de venda de ingresso e de divulgação do evento deverão ser*  
816 *acessíveis às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, e conter informações sobre*  
817 *os recursos de acessibilidade disponíveis nos eventos.”* Ressaltou que foi muito  
818 importante essa parte, pois se não divulgar para pessoa com deficiência que naquele  
819 evento tem áudio-descrição, têm legendas em Libras, ele não vai e não vai ocupar o  
820 assento e vai sobrar. Daí a importância de colocar no Decreto que seja divulgado não  
821 apenas o assento, mas também as informações os recursos de acessibilidade disponíveis  
822 nos eventos. A Conselheira Carmen Lúcia Fogaça (ONEDEF) diz que sentiu falta de  
823 sanções e que como ainda é uma Minuta propôs inseri sanções no texto. Manoela Dutra  
824 Macedo (Casa Civil) informou que a proposta de sanções está em análise de mérito na  
825 Casa Civil e na análise jurídica e comentou que esta matéria não é de competência para  
826 ser legislada em decreto presidencial e que isso caberia a legislação, em uma análise  
827 preliminar. A Conselheira Carmen Lúcia Fogaça (ONEDEF) salientou que na Lei ordinária  
828 não se aplica sanções, mas na regulamentação da Lei que se coloca as sanções e  
829 solicitou esclarecimentos. O Senhor Alexandre Mapurunga, parabenizou a exposição e  
830 propôs as alterações do artigo 44 que fosse colocada em consulta pública. O Presidente

831 do Conade, Moisés Bauer Luiz (MDH) em resposta a proposta do Senhor Alexandre  
832 Mapurunga, falou que em se colocando a regulamentação da LBI não seria tão produtivo  
833 como a discussão que está ocorrendo e atrasaria muito mais o processo de  
834 regulamentação. O Conselheiro suplente Filipe Trigueiro Xavier Correia (Feneis)  
835 comentou que no parágrafo que trata de reservas de cadeiras de prioridade, fosse  
836 acrescido um simulador de movimento e explicou que ao assistir um filme e ocorrer uma  
837 explosão, o surdo ter a sensação. Roberto Paulo do Vale Tiné (APABB) lembrou da  
838 importância de se identificar ao falar no microfone. O Servidor Rodrigo Machado (MDH)  
839 comentou que a proposta do Conselheiro Filipe Trigueiro é bem pontual e específica, a  
840 questão de um sensor, de um sistema vibratório na poltrona de cinemas e teatros e  
841 explicou que não sabe se pode colocar no Decreto, uma vez que o Decreto está  
842 regulamentando uma Lei. O Presidente do Conade, Moisés Bauer Luiz (MDH) submeteu  
843 a minuta do Decreto em regime de votação. **Aprovada.** O Conselheiro Fernando César  
844 Thiago de Mello (CNC) se absteve. Em seguida, Moisés Bauer Luiz (MDH), fez os  
845 agradecimento e encerrou o trabalho do dia. **07 DE JUNHO      MANHÃ Presença dos**  
846 **(as) Conselheiros (as) Governamentais:** Casa Civil (Titular) Manoela Dutra Macedo;  
847 Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ceará (Titular) Francisco  
848 Jacinto Araújo da Silva; Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com  
849 Deficiência de Recife (Titular) Antônio Muniz da Silva; Ministério da Cultura (Titular)  
850 Sandra Cipriano Chaves; Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (Titular)  
851 Niusarete Margarida de Lima; Ministério da Justiça e Segurança Pública (Suplente)  
852 Magda Fernanda Medeiros Fernandes; Ministério do Trabalho (Titular) Fernanda Maria  
853 Pessoa Di Cavalcanti; Ministério do Transporte, Portos e Aviação Civil (Titular) Marciano  
854 Roberto Pereira de Sousa. **Ausência justificada:** Carolina Moreira Barbosa de Brito  
855 (M.Cidades), do Ministério da Educação. **Presença dos (as) Conselheiros (as) da**  
856 **Sociedade Civil:** AFAG (Titular) Wilson Roberto Gomiero; ABRA (Titular) Maria do Carmo  
857 Tourinho Ribeiro; ABRASO (Titular) Rubens Gil Junior; ABRC (Titular) Luiz Cláudio Alves

858 Pereira; APABB (Titular) Roberto Paulo do Vale Tiné (Suplente) Francisco Djalma de  
859 Oliveira; AMPID (Suplente) Hugo Frota Magalhães Porto Neto; CUT (Titular) Anaíldes  
860 Campos Sena; CBDV (Titular) José Antonio Ferreira Freire, (Suplente) Antônio José do  
861 Nascimento Ferreira; CNC (Titular) Fernando César Thiago de Melo; CONFEA (Titular)  
862 Osvaldo Luiz Valinote; FBASD (Titular) Glauciane Costa Santana; FENAPAES (Suplente)  
863 Erivaldo Fernandes Neto; FENAPESTALOZZI (Titular) Marco Antonio Castilho Carneiro;  
864 FENEIS (Titular) Francisco Eduardo Coelho da Rocha, (Suplente) Filipe Trigueiro Xavier  
865 Correia; MORHAN (Suplente) Valdenora da Cruz Rodrigues; OAB (Titular) Joaquim  
866 Santana Neto; ONCB (Titular) Clóvis Alberto Pereira; ONEDEF (Titular) Carmem Lúcia  
867 Lopes Fogaça. **Ausência justificada:** Ariadne Clarissa Klein Santorini (Ampid). O  
868 Presidente do Conade, Moisés Bauer Luiz (MDH) abriu o trabalho do dia,  
869 cumprimentando todos e todas e solicitou ao Vice Presidente Marco Antonio Castilho que  
870 procedesse com a chamada regimental, logo o Presidente do Conade, após aferir o  
871 quórum informou que não havia conselheiros suficiente para deliberar, mas para abrir os  
872 trabalhos. Em seguida anunciou o primeiro ponto de pauta Avaliação da Deficiência na  
873 Concessão ou Revisão do Benefício de Prestação Continuada – BPC. O Senhor Alan  
874 (MDS) iniciou sua apresentação dizendo que a avaliação do BPC é um instrumento que  
875 vem sendo trabalhado já na lógica da avaliação multiprofissional biopsicossocial levando  
876 em consideração já os requisitos da CIF, da Convenção Internacional da Pessoa com  
877 Deficiência. Esclareceu que esse modelo não está só na Portaria Interministerial, mas  
878 consta na LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social - que disciplina que a avaliação da  
879 pessoa com deficiência tanto para fins de acesso ao benefício de prestação continuada,  
880 quanto no caso de revisão desse benefício ocorrerá por uma avaliação biopsicossocial  
881 seja no caso avaliação do assistente social e avaliação médica no âmbito do INSS, é  
882 realizada por meio desse instrumento que dá uma organicidade. Informou que esse  
883 instrumento também tal como o instrumento da LC 142 que é o IFPRA são avançados  
884 em termos de avaliação da pessoa com deficiência atualmente no Brasil e que esse

885 modelo de avaliação foi instituído em 2007 no Decreto 6214 que incorpora abordagem  
886 multidimensional da funcionalidade trazida pela CIF e em consonância com a Convenção  
887 dos Direitos da Pessoa com Deficiência ratificada pelo Governo Brasileiro com status de  
888 emenda constitucional. Este instrumento já teve três momentos distintos, a primeira  
889 versão foi instaurada e criada por meio da portaria 01/2009 conjunta MDS e INSS onde  
890 trouxe de fato um primeiro modelo dessa avaliação biopsicossocial, na segunda versão da  
891 portaria trouxe alguns ajustes textuais com relação à exclusão de denominações como  
892 deficiência permanente e irreversível completa, introdução do quesito de impedimento de  
893 longo prazo e na terceira versão teve uma adequação conceitual e legal e uma  
894 adequação de nomenclatura. Assim o instrumento passou a ser um manual dentro do  
895 próprio instrumento em si. Esse instrumento de avaliação está composto com três  
896 componentes, o primeiro são os fatores ambientais que é uma avaliação exclusiva  
897 realizada pelo assistente social que constitui o ambiente físico, social, atitudinal no qual as  
898 pessoas vivem, conduzem sua vida, são externos ao indivíduo e podem atuar como  
899 facilitadores ou barreiras sobre a função ou estrutura do corpo, sobre o seu desempenho  
900 e/ou capacidade para execuções de tarefas. O segundo componente dessa avaliação é  
901 atividade e participação que são componentes onde tem quesitos e domínios que são  
902 avaliados pelo assistente social e outros avaliados pelo médico perito no âmbito do INSS.  
903 Informou que o último componente do instrumento são as funções do corpo, onde é feita  
904 uma avaliação exclusiva pelo médico perito que são as funções fisiológicas dos sistemas  
905 corporais incluindo as funções psicológicas. Na avaliação social, nos fatores ambientais  
906 são analisados o acesso a produtos tecnológicos, condições de habitação, mudanças  
907 ambientais, apoios relacionados, atitude, serviços e políticas. Explicou que aplica-se um  
908 questionário e às vezes não é possível ter toda a dimensão necessária para determinados  
909 casos, então existem duas sistemáticas na realidade para obtenção de algumas  
910 informações complementares que é a solicitação de informações sociais por parte do  
911 assistente social que tem como finalidade instrumentalizar coleta de informação e

912 subsidiar a avaliação social feito pelo profissional de serviço social e a solicitação de  
913 informações ao médico assistente ou SIMA como é conhecido e a finalidade de  
914 instrumentalizar coleta de informações para subsidiar a avaliação dentro do instrumento  
915 do BPC. Ressaltou que tanto o assistente social quanto o médico perito podem colocar a  
916 nota ou menção que gradua como nenhuma, leve, moderada ou grave com relação as  
917 perguntas do questionário. O resultado faz a nota do componente que é fator ambiental,  
918 funções do corpo e atividade e participação. Salientou que o importante no BPC é que na  
919 atividade e participações ou funções do corpo se a menção final for nenhuma ou leve não  
920 existe a concessão do benefício, é importante também diferenciar que há um qualificador  
921 dentro da própria função do corpo, que pode ter uma majoração nessa menção, ou seja,  
922 se a menção final foi moderada, no caso da função do corpo, mas tem um prognóstico  
923 desfavorável de longo prazo ou até mesmo a presença de modificações na estrutura do  
924 corpo maiores que o questionário pode captar, porque o questionário também tem uma  
925 certa limitação como todo instrumento. Explanou que na Lei Orgânica de Assistência  
926 Social para concessão do benefício no caso da pessoa idosa existe unicamente critério  
927 renda e no caso da pessoa com deficiência existe um outro critério que seria de avaliação  
928 da pessoa com deficiência para além do critério renda. Agora no caso tanto da pessoa  
929 idosa quando a pessoa com deficiência no momento da revisão do benefício o que a  
930 norma traz é que deve verificar se as condições iniciais que deram ensejo, no caso da  
931 pessoa idosa, única e exclusivamente renda, no caso da pessoa com deficiência renda  
932 mais a condição da avaliação da pessoa com deficiência está presente. Em seguida,  
933 falou sobre a temporalidade dessa revisão. Que deveria ocorrer a cada dois anos  
934 conforme a LOAS preconiza, informou que a Secretaria está desde 2008 sem realizar um  
935 procedimento de revisão do âmbito do BPC mas que está sendo pautado por meio de  
936 vários órgãos de controle, sobretudo pelo Tribunal de Contas da União. Então no  
937 procedimento de revisão, quando for estruturado, a pessoa vai passar antes por uma  
938 avaliação com relação ao primeiro requisito, com relação à renda e posteriormente com

939 relação ao segundo quesito com a avaliação biopsicossocial realizado pelo assistente  
940 social e pelo perito médico até o momento que se de fato implemente a avaliação  
941 unificada. Salientou que esse processo é feito dentro de um processo administrativo, tanto  
942 a questão da revisão da renda bem como da avaliação biopsicossocial, ou seja, os  
943 beneficiários, eles podem recorrer no âmbito administrativo para ter uma nova avaliação  
944 biopsicossocial. Informou que no relatório da própria comissão com relação à reforma da  
945 Previdência a questão do BPC especificamente a avaliação multiprofissional e  
946 biopsicossocial está como proposta também junto da emenda constitucional. Então temos  
947 um conjunto normativo robusto que dá conta que a avaliação da pessoa com deficiência  
948 para o BPC vai continuar sendo uma avaliação multiprofissional e biopsicossocial com  
949 base nos elementos da CIF. Finalizou sua apresentação informado que a Secretaria da  
950 Previdência também participa do Comitê de Criação de um Modelo Único de forma a  
951 fortalecer e instrumentalizar as avaliações da melhor forma possível. O Presidente do  
952 Conade, Moisés Bauer Luiz (MDH) abriu para os demais conselheiros agora fazerem suas  
953 manifestações. A Conselheira Anaíldes Campos Sena (Cut) questionou falta de  
954 informação mais clara para as pessoas que recebe o BPC. Comentou que há pessoas  
955 que não sabem que podem suspender temporariamente o BPC para ser inserido no  
956 mercado de trabalho. Outra questão é a reavaliação a cada dois anos isso tem gerado  
957 problema para as pessoas que saem temporariamente do BPC para entrar no mercado de  
958 trabalho e quando querem voltar para o BPC não é possível devido a pendencia de  
959 avaliação. Pontuou também a questão do jovem aprendiz que pode ser inserido no  
960 mercado de trabalho como tal jovem aprendiz com a suspensão os 50% do benefício,  
961 contudo as famílias desse jovens não tem essa informação. Sugeriu que as pessoas que  
962 vão receber esses benefícios deveriam ser bem informadas. A Conselheira Fernanda  
963 Maria Pessoa Di Cavalcanti (MTb) Ratificou a questão levantada pela Conselheira  
964 Anaildes sobre a avaliação para receber novamente o BPC. Comentou que soube por  
965 meio de noticiário que a reavaliação de todos os benefícios proposto pelo Presidente

966 Temer será feita por médicos peritos e indagou ao plenário se isso procede. Francisco  
967 Djalma de Oliveira (APABB) lembrou que já esteve no Conade um representante do INSS  
968 e foi percebido uma retração e resistência muito grande para adotar o modelo, único e  
969 segundo o mesmo o médico tem um visão social para realizar a avaliação  
970 biopsicossocial. Ressaltou que em janeiro de 2018 deve iniciar avaliação biopsicossocial  
971 utilizando o modelo único e é preocupante que o INSS não tenha essa compreensão. O  
972 Conselheiro Francisco Jacinto (Repres. dos Conselhos Estaduais) informou que a  
973 avaliação biopsicossocial não esta acontecendo no Estado do Ceará e a questão da  
974 avaliação das pessoas que querem voltar ao BPC está sendo ajuizada. Carmem Lucia  
975 Fogaça (ONEDEF) ressaltou que o Conade, subscreveu o Manifesto do Comitê Brasileiro  
976 das Organizações Representante da Pessoa Com Deficiência que diz respeito sobre o  
977 relatório aprovado pela Comissão Especial que revoga o artigo 2021 que e estabelece  
978 os critérios de 1/4 do salário mínimo. Diz não entender tratar na Reforma da Previdência a  
979 questão do benefício, que é uma coisa totalmente separada, pois é um benefício não  
980 contributivo e perguntou como o INSS pensa em definir os critérios para ter acesso ao  
981 benefício. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné (APABB) questionou o  
982 representante do MDS se naqueles casos de pessoas com deficiências irreversíveis são  
983 levados em consideração no momento do processo de renovação do BPC de forma que  
984 esta pessoa não passe por todo processo médico novamente. Perguntou ainda se a  
985 renovação se atém apenas a questão social ou a questão financeira. O Senhor Alan  
986 (MDS) em resposta ao Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tine, falou que o Decreto  
987 trouxe um ponto positivo que foi uma espécie de dispensa no caso da revisão na  
988 avaliação biopsicossocial para os casos que o decreto chama deficiência permanente.  
989 Informou também que a Portaria Interministerial também trouxe essa possibilidade de  
990 dispensa e também no caso quando a pessoa com deficiência tem mais de 65 anos. O  
991 Senhor Alan comentou que as avaliações que são realizadas hoje pelos peritos são  
992 avaliações do auxílio-doença e por incapacidade, a avaliação do BPC é realizada de

993 forma biopsicossocial tanto pelo assistente social quanto pelo perito médico. Acrescentou  
994 ainda que qualquer outra avaliação, com exceção da aposentadoria especial, é realizada  
995 ainda nos moldes antigos e ressaltou a importância do Comitê que está discutindo um  
996 modelo único para ter uma uniformidade de obter essas avaliações. Informou que o  
997 beneficiário ao entrar no mercado há possibilidade de acumulação e receberá o benefício  
998 completo do BPC e a cumulação do contrato de aprendizagem. No caso da suspensão  
999 especial ele continua com o benefício garantido, porque ele não foi cessado. Reportou ao  
1000 questionamento da Conselheira Carmem Lucia Fogaça, sobre critérios para o acesso ao  
1001 benefício do BPC e informou que na proposta que está na Comissão Especial existe uma  
1002 regra de transição com relação tanto a idade quanto aos critérios em si. Avisou que foi  
1003 criado um guia para rede de assistência social que contem regras principais com relação  
1004 ao acesso, ao direito do BPC que está disponível no portal do MDS. Falou ainda que é  
1005 salutar uma mobilização, sobretudo, com Ministério do Trabalho de se criar uma  
1006 campanha no âmbito do BPC para facilitar a comunicação com o beneficiário. Marco  
1007 Antonio Castilho (FENAPESTALOZZI) iniciou sua fala referindo as palavras do  
1008 Conselheiro Francisco Jacinto que traz uma preocupação sobre o trabalho do Comitê com  
1009 relação à socialização do andamento dos trabalhos junto aos conselhos estaduais,  
1010 municipais e outras organizações. Ressaltou que o trabalho do comitê é um trabalho  
1011 bastante árduo, e que a discussão no momento é se haverá condições de cumprir a  
1012 regulamentação que trata do modelo único de avaliação mais a inclusão do cadastro  
1013 dentro do prazo que a lei nos impõe que é de janeiro de 2018. Informou a plenária que  
1014 as reuniões do comitê são transmitidas online, isto é, pode ser acompanhado em tempo  
1015 real no dia das reuniões e informou também que a próxima reunião acontecerá no dia 23  
1016 de junho. Em seguida, esclareceu que todo material que vem sendo produzido pelo  
1017 comitê está disponível também num link que todo mundo pode acessar inclusive com as  
1018 apresentações. Recomendou a plenária que acessem o material mencionado e que envie  
1019 sugestões para o e-mail do Conade e que socializará com os demais membros do

1020 Comitê, assim como socializar as demais contribuições vindas dos outros órgãos do  
1021 Comitê. Esclareceu que humanamente é impossível a cada reunião apresentar tudo que é  
1022 discutido no Comitê devido à grande demanda e reforçou que o acesso aos canais  
1023 divulgados para o acompanhamento dos trabalhos. Solicitou aos representantes dos  
1024 conselhos estaduais e conselho municipais do Conade divulguem também o *link* da  
1025 transmissão. O Conselheiro Francisco Jacinto (Repres. dos Conselhos Estaduais)  
1026 ressaltou a importância de acesso as informações, não somente do Comitê, mas também  
1027 das reforma da previdência e reforma trabalhista que afeta a pessoa com deficiência.  
1028 Achou extraordinário que as pessoas possam ter acesso as discussões por meio da  
1029 internet, mas que infelizmente não viabiliza a interação. Niusarete Margarida de Lima  
1030 (MDS) disse que tem percebido no âmbito do Conade que às informação veiculadas  
1031 não chegam sempre na ponta e que isso é histórico. Sugeriu que cada pasta que tem  
1032 representação no Conade que fizesse uma seleção das principais informações que vêm  
1033 sendo veiculadas, discutidas e que socializasse entre os demais conselheiros.  
1034 Exemplificou a SNAS tem utilizado muito do apoio técnico dos estados e municípios na  
1035 troca de informações. Informou também que a Secretaria da Pessoa com Deficiência tinha  
1036 uma linha de edições de publicações e de informações pelo Sistema Nacional de  
1037 informações sobre deficiência sugeriu resgatar essas informações sobre deficiência para  
1038 produzir, captar, tratar e disponibilizar informações com relação à pessoa com deficiência.  
1039 A Conselheira Valdenora da Cruz Rodrigues (MORHAN) solicitou esclarecimento ao  
1040 representante do MDS sobre as mudanças do critério para acesso ao BPC. O Conselheiro  
1041 Francisco Jacinto (Repres. dos Conselhos Estaduais) complementou sua fala dizendo que  
1042 no CRAS não se faz atendimento referente o acesso ao BPC, mas que busca o NIS e  
1043 posteriormente, se dirigi ao INSS para sanar dúvidas. Saliou que os CRAS hoje em dia  
1044 a maioria estão funcionando com a equipe mínima, não estão funcionando com a equipe  
1045 necessária para que faça um bom atendimento. O Senhor Alan (MDSA) em resposta a  
1046 Conselheira Valdenora, da Cruz Rodrigues esclareceu que os domínios avaliados pelo

1047 assistente social não adentram para as funções do corpo e que avaliam-se as barreiras  
1048 relacionadas ao ambiente e atividade e participação da pessoa. Logo discordou com as  
1049 ponderações do Conselheiro Francisco Jacinto e informou que o CRAS é sim um  
1050 equipamento público da Assistência Social o qual oferta vários tipos de serviços, entre  
1051 eles de orientar e encaminhar com relação ao acesso aos benefícios, seja o Bolsa Família  
1052 ou o BPC. Ressaltou que esta informação é baseada nos dados do Censo SUAS e que  
1053 mais de 90% dos CRAS têm uma interlocução com INSS. No entanto, citou que pode ser  
1054 um caso isolado de um determinado município. A Senhora Valdênia (MDS) informou que  
1055 existe uma rede só de CRAS de mais de 8.000 ( oito mil) nos municípios com isso não  
1056 pode-se afirmar sobre o atendimento igual em todos os CRAS no país e disse que todos  
1057 os CRAS prestarem todas as informações necessárias para quem almeja o BPC. Citou  
1058 que a referência maior de atendimento é o Censo que é preenchido pelos próprios  
1059 municípios. Sugeriu que os conselhos que participam do controle social do município  
1060 façam também o acompanhamento dessas demandas. Informou que o Conselho  
1061 Nacional de assistência social publicou há dois anos um caderno de orientação para  
1062 controle social de benefícios assistenciais e programas de transferência de renda que  
1063 foram distribuído para os conselhos municipais, conselhos estaduais e que estão sendo  
1064 utilizado como referência para controle social de forma a saber se as pessoas estão tendo  
1065 acesso realmente a política e como esta a implementação de programas ou orientações  
1066 ao beneficiário e acesso ao benefício. Citou que o MDS. Conselheira Fernanda Maria  
1067 Pessoa Di Cavalcanti (MTb) concordou com a proposta da Senhora Valdenia, pois diz  
1068 que não se pode saber tudo o que está se desenvolvendo na ponta e sugeriu que todos  
1069 tivesse acesso a Cartilha sobre o Controle Social, assim poderia rebater por exemplo, o  
1070 não cumprimento da cota pelas empresas e etc. Ressaltou que seria um resgate social  
1071 que a sociedade brasileira precisa fazer. O Conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro  
1072 (Fenapestalozzi) sugeriu a Comissão de Articulação de Conselhos que analise a Cartilha  
1073 sobre o Controle Social e se possível incorporar no novo documento que está sendo

1074 trabalhado naquela comissão com vistas ao atendimento no seguimento das pessoas com  
1075 deficiência. O Conselheiro Francisco Jacinto Araujo da Silva (Repres. dos Cons.  
1076 Estaduais) falou que no momento a Comissão de Articulação de Conselhos esta se  
1077 debruçando especificamente na cartilha de criação de conselhos, mas que em outro  
1078 momento elaboraria outro documento para essa finalidade do controle social. A  
1079 Conselheira Carmem Lucia Lopes Fogaça (ONEDEF) propôs realizar uma pesquisa para  
1080 saber qual o perfil do deficiente hoje que recebe o BPC, quais são os tipos de deficiência.  
1081 O Presidente Moises Bauer Luiz(MDH) esclareceu que um dos objetivos do cadastro-  
1082 inclusão é poder mapear os perfis da pessoa que adere o BPC. Por sua vez, a  
1083 Conselheira Carmem Lúcia Fogaça (Onedef) propôs que o MDS socialize as informações  
1084 referentes ao acesso da pessoa com deficiência no BPC. O Senhor Alan (MDSA)  
1085 informou que no site do MDS, na parte de publicações, tem o último boletim publicado  
1086 referente aos dados de 2015, que contém todas as informações de dados do BPC  
1087 inclusive por tipo de deficiência. Informou ainda que em breve vai ser publicado com os  
1088 dados de 2016. O Presidente Moises Bauer Luiz(MDH) agradeceu a presença do Senhor  
1089 Alan e da Valdenia e passou a palavra para a Servidora Liliane Bernardes (SNPD) que  
1090 informou ao plenário o endereço do link da página: [pessoacomdeficiencia.com.br](http://pessoacomdeficiencia.com.br), onde se  
1091 encontra o material sobre o Comitê do Cadastro Inclusão e Avaliação Unificada da  
1092 Deficiência. O Presidente Moises Bauer Luiz(MDH) anunciou o próximo do ponto da  
1093 pauta que seria a participação do Secretário Especial dos Direitos da Pessoa com  
1094 Deficiência, O Senhor Marco Antonio Pellegrini. Esclareceu ao plenário que esse item de  
1095 pauta e foi incluído a partir de uma solicitação da presidência ampliada em reunião que  
1096 ocorreu na tarde da segunda-feira. Em seguida solicitou ao Conselheiro Marco Antonio  
1097 Castilho que procedesse a leitura do email em resposta ao convite feito ao mencionado  
1098 Secretário. *Prezados, pelo presente, primeiramente, cumpre informar o recebimento de*  
1099 *vosso E-mail enviado às 17:06, de 05 de junho do corrente ano com convite para pauta da*  
1100 *reunião do CONADE. A referida pauta não foi previamente ajustada. Em razão de*

1101 *diversos compromissos anteriormente assumidos me impede de estar presente. No*  
1102 *entanto, o Diretor Moisés Bauer tem todas as informações para responder os*  
1103 *questionamentos. Que adianto as informações: 1. A Secretaria não montou Stand na*  
1104 *REATECH, devido o preço abusivo e fará participação nas edições da MOBILITY sem*  
1105 *custo; 2. Quanto previsão de apresentação do Plano de Ação 2017, assim que tiver*  
1106 *informações informaremos; 3. Quanto à participação do CONADE na 10ª Conferencia dos*  
1107 *Estados Partes, o CONADE estará presente por seu vice-presidente Marco Castilho; 4.*  
1108 *Com relação à comemoração da LBI, aguardo informações. Atenciosamente, Marco*  
1109 *Pellegrini, Secretário Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência.* O Presidente  
1110 Moises Bauer Luiz(MDH) informou que os três pontos de pauta mencionados nos convite  
1111 enviado ao Secretário foi socializado na reunião da presidência ampliada e o quarto foi  
1112 inserido por iniciativa da própria presidência ampliada. Citou que desde janeiro a  
1113 Secretaria vinha recebendo convites, propostas para participar da REATECH. Falou que  
1114 respondeu pela Secretaria até o mês de março, em seguida, registrou que a Secretaria  
1115 recebeu uma proposta dos organizadores da REATECH no valor de 470.000  
1116 (quatrocentos e setenta mil reais) para ter um estande de 400 metros quadrados na feira,  
1117 por sua vez a Secretaria solicitou outra proposta considerando orçamento exíguo do  
1118 órgão. Recebida a segunda proposta, a mesma foi avaliada com a ministra, por entender  
1119 que era um valor muito pesado a Secretaria que havia sofrido com contingenciamento no  
1120 orçamento. Com vinda do atual Secretário e, após se inteirar do assunto, descobriu-se  
1121 que todas as empresas privadas, grandes montadoras de veículos e outras instituições  
1122 estavam recebendo espaço gratuitamente. Pensou-se em um estande conjunto das três  
1123 secretarias, município, estado e nacional, e também a realização de um evento paralelo  
1124 na estrutura do Centro de Treinamento Paralímpico que fica ao lado da Feira da Reatech,  
1125 por exemplo, Seminário, Painel, Workshop e outras atividades, com a participação da  
1126 Presidência Ampliada, no entanto, não havia mais tempo hábil para que fosse tudo  
1127 organizado. Posteriormente ao evento, o Conade tomou conhecimento de comentários

1128 negativos pela a ausência na Reatech. Por fim encerrou sua fala, salientando que esses  
1129 eram os esclarecimentos a fazer sobre esse tema específico. O Conselheiro Marco  
1130 Antonio Castilho (Fenapestalozzi) Referiu-se a um item citado no e-mail do Secretário da  
1131 Pessoa com Deficiência sobre a Rio Mobility Show que é uma feira de veículos de  
1132 diversas naturezas, acessíveis, adaptáveis o que há de mais moderno em tecnologia  
1133 automobilística que ocorrerá no Rio de Janeiro, em julho. Destacou que em momento  
1134 algum o Conade foi informado oficialmente ou consultado sobre a possível participação na  
1135 mencionada feira e concluiu que está seria mais uma demanda a ser inquirida junto ao  
1136 Secretário. O Presidente Moises Bauer Luiz(MDH) informou que a Mobility terá três  
1137 edições, primeira em julho, na cidade do Rio de Janeiro, depois no mês de setembro,  
1138 em São Paulo e a última em novembro, em Recife. Em conversa com o Secretário, foi  
1139 levantada a proposta de se antecipar a reunião ordinária do Conade para que ocorresse  
1140 junto a realização da Reatech com a participação de todos os conselheiros, mas o cenário  
1141 naquele momento já não era mais propício de se realizar. Com isso, o Presidente do  
1142 Conade, levantou os seguintes questionamentos, o Conade participaria com todos os  
1143 conselheiros; ou somente o Presidente e o Vice que já é da localidade ou só a  
1144 Presidência Ampliada e como seria essa participação na feira, além disso, falou sobre a  
1145 viabilidade orçamentária de atender esta demanda e trouxe esses pontos para a reflexão  
1146 da plenária. O Conselheiro Marco Antonio Castilho (Fenapestalozzi) informou que está  
1147 participando de reuniões com os organizadores da Mobility uma vez que a Secretaria na  
1148 qual é lotado estará com estande na feira. Propôs que, mesmo com o tempo curto e com  
1149 restrições orçamentárias, tem que haver uma representação do Conade na Rio Mobility,  
1150 no mínimo com os conselheiros residentes no Rio de Janeiro. Propôs ainda, que na  
1151 inviabilidade da participação na cidade do Rio de Janeiro que seja assegurada a  
1152 participação do Conade efetivamente na edição de São Paulo ou na edição de Recife.  
1153 Ponderou que o Conade é um órgão vinculado à Secretaria, mas é um órgão autônomo  
1154 de controle social que precisa se materializar nos espaços, eventos e etc. O Conselheiro

1155 Rubens Gil Júnior (Abraso) propôs que um grupo de conselheiros da região Sul, Sudeste  
1156 e Centro Oeste participasse da Edição de São Paulo e os demais conselheiros de outras  
1157 regiões, participariam da Edição em Recife, exceto os conselheiros residentes no Rio de  
1158 Janeiro que representaria o Conade por já estarem lá. Assim teria a participação real do  
1159 Conade nesses eventos. O Conselheiro Francisco Jacinto Araujo da Silva (Repres. dos  
1160 Conselhos Estaduais) ratificou as proposta da participação dos Conselheiros nas edições  
1161 de acordo as regiões e ressaltou que o Conade por ser um órgão de controle social,  
1162 autônomo e não devemos estar à mercê da Secretaria. Criticou a ausência do Secretário  
1163 da Pessoa com Deficiência, no que diz respeito a apresentação do Plano. Dando  
1164 continuidade a pauta o Presidente Moises Bauer Luiz(MDH) reportou-se ao Plano de  
1165 Ação 2017 e esclareceu que consta no Decreto 3298, no artigo 11, as atribuições do  
1166 Conade, entre elas a necessidade de aprovar os planos de ação. Falou que na reunião  
1167 ocorrida no mês de abril havia na proposta de pauta a apresentação de um plano de ação  
1168 ao Conade em abril. Falou que essa proposta foi construída, na ocasião em que  
1169 respondia interinamente pela Secretaria, ouvindo bastante as organizações  
1170 representativas das pessoas com deficiência, inclusive, em um encontro ocorrido no mês  
1171 de janeiro. Na ocasião foi feito a apresentação do esboço de plano de ação para poder  
1172 ouvir, poder aperfeiçoar e, em condições de apresentar em abril. Contudo, com a  
1173 nomeação do atual secretário, no mês de março, foi apresentado a minuta a nova gestão  
1174 para a revisão de alguns pontos, excluísse ações, incluísse outras e etc. e foi solicitado a  
1175 retirada da pauta exposição do referido plano. Finalizou dizendo que a matéria foi  
1176 proposta a entrar novamente na pauta pela presidente ampliada. O Conselheiro Rubens  
1177 Gil Júnior (Abraso) em adendo, informou que a Abraso foi uma das entidades que  
1178 participou da reunião ocorrida em janeiro e que vislumbrava conhecer o plano de metas e  
1179 objetivos. Lembrou que foi discutido, na ocasião, sobre um recurso internacional e que  
1180 obteve a informação que o assunto foi levado ao gabinete da Secretaria, mas que até  
1181 então não sabe do posicionamento. Solicitou ao Presidente do Conade a retomada

1182 desse assunto devido a existência de prazos legais. O Conselheiro Antônio Muniz da  
1183 Silva (Repres. dos Cons Municipais) demonstrou sua preocupação por se aproximar fim  
1184 do mês de junho e não tomou-se conhecimento do plano de ação para 2017 da  
1185 Secretaria e solicitou que registrasse em ata o voto de pesar pela ausência da  
1186 informação. Criticou a ausência do Secretário da Pessoa com Deficiência na reunião e  
1187 propôs o encaminhamento de um ofício especificamente à ministra relatando a não  
1188 apresentação do Plano da Secretaria. O Conselheiro Marco Antonio Castilho  
1189 (Fenapestalozzi) salientou que o plenário deve tratar as duas questões de forma distintas,  
1190 a primeira é sobre o Prodoc o qual tem uma urgência tendo em vista o fator prazo para a  
1191 execução do recurso. Lembrou que no encontro em janeiro das organizações da  
1192 sociedade civil ficou pactuado a execução desse recurso. Propôs também o  
1193 encaminhamento de um expediente específico ao Secretário, e caso a resposta não fosse  
1194 satisfatória, reportaria a Ministra para que assumisse a responsabilidade sobre qualquer  
1195 ônus do não uso desse recurso. Dando continuidade, o Conselheiro Marco Antonio  
1196 Castilho (Fenapestalozzi) lembrou ao plenário que a Comissão de Políticas Públicas, em  
1197 2016 enviou um expediente a Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência solicitando  
1198 a prestação de contas das ações, relatório de execução das ações de 2015 e 2016,  
1199 reformulado em 2017. Concomitante, solicitou também informações sobre o plano viver  
1200 sem limite e que até o presente momento a Comissão de Políticas Públicas não recebeu  
1201 essas informações. Nesse contexto, concordou com a proposta feita pelo Conselheiro  
1202 Antonio Muniz, com a ressalva de que a ministra fosse copiada no ato do envio do  
1203 expediente ao Secretário da Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência. O  
1204 Conselheiro Antônio Muniz da Silva (Repres. dos Cons Municipais) propôs que o  
1205 documento fosse assinado pelo vice-presidente do Conade, membro da sociedade civil.  
1206 Sugestão acatada pelo Vice Presidente, Marco Antonio Castilho. O Conselheiro Adinilson  
1207 Marins dos Santos (Fenapaes) lamentou todo o episódio, sobretudo sobre a ausência do  
1208 Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência por não apresentar o Plano

1209 de Ação daquela Secretaria. O Conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB) demonstrou  
1210 preocupação pelo fato de estar no primeiro semestre, e ainda não há uma definição se o  
1211 recurso do Prodoc destinado a área da pessoa com deficiência será utilizado. Ressaltou  
1212 que como defensores da política pública para pessoa com deficiência tem a missão de  
1213 cobrar aquilo que é devido para causa do segmento. Francisco Jacinto Araujo da Silva  
1214 (Represent. dos Conselhos Estaduais) propôs que além da assinatura do Vice Presidente  
1215 no ofício que também a presidência ampliada poderia subscrever o que resguardaria o  
1216 Presidente do Conade em razão de sua função na Secretaria. Conselheiro Clovis Alberto  
1217 Pereira (ONCB) apoia a proposta do envio de um documento ao Secretário da Pessoa  
1218 com Deficiência com urgência, pois o tempo está passando muito rápido e receia pela a  
1219 devolução do recurso do Prodoc sem haver um investimento social. Conselheiro Marco  
1220 Antonio Castilho (FENAPESTALOZZI) esclareceu ao plenário que a mesa diretora não  
1221 afirmou que o recurso do Prodoc seria devolvido e sim a preocupação para que não  
1222 ocorra devolução do mesmo. O presidente do Conade, Moises Bauer anuncia a presença  
1223 do Secretário da Pessoa com Deficiência, Senhor Marco Pellegrini que por sua vez  
1224 cumprimentou a plenária. Em seguida ressaltou a satisfação e a necessidade de estar  
1225 trabalhando em parceria com o Conade e informou que o Plano de ação ainda não está  
1226 concluído, pois já existia uma proposta a qual foi modificada. Logo, esclareceu a questão  
1227 do recurso do Prodoc e sobre a Reatech salientou que houve uma diminuição no espaço  
1228 assim como no orçamento que impactou na organização da feira. Por fim, solicitou que as  
1229 demandas fossem encaminhadas à Secretaria com antecedência e que na próxima  
1230 reunião seria apresentado o que foi demandado e agradeceu a todos. O Conselheiro  
1231 Marco Antonio Castilho (Fenapestalozzi) enfatizou que a sua participação na 10ª  
1232 Conferência, não seria como representante do Conade, uma vez que recebeu a  
1233 informação da Secretaria da Pessoa com Deficiência de que o recurso do Prodoc não  
1234 poderia ser utilizado no custeio de sua ida pelo fato de ser servidor da prefeitura do Rio de  
1235 Janeiro e que também a própria Secretária não poderia custear por falta de

1236 disponibilidade orçamentária. Ao final o Conselheiro Marco Antonio Castilho informou que  
1237 sua viagem será custeada pela federação a qual representa enfatizou mais uma vez que  
1238 não estará representando oficialmente o Conade. O Conselheiro Rubens Gil Júnior  
1239 (Abraso) questionou o Secretário sobre o recurso do Prodoc Internacional e demonstrou  
1240 preocupação pela não utilização dessa verba, uma vez que foi proposto pela Secretaria a  
1241 apresentação de projetos pelas entidades civis e até o presente momento não havia  
1242 informações concretas. Por fim, o Secretário da Pessoa com Deficiência, Sr. Marco  
1243 Pellegrini sugeriu o encaminhamento das demandas para a Secretaria que seria todas  
1244 respondidas. Conselheiro Suplente Erivaldo Neto (FENAPAES) ponderou pertinente as  
1245 indagações levantadas sobre o recurso e que a Fenapaes já vislumbrava concorrer nos  
1246 termos do edital para ter acesso ao recurso e solicitou um retorno oficial da Secretaria. O  
1247 Conselheiro Wilson Gomieiro (AFAG) lamentou que a presença do Secretário da Pessoa  
1248 com Deficiência foi rápida. Criticou a falha da comunicação da Secretaria com relação às  
1249 providencias da viagem das entidades para o evento na ONU e a oscilação das  
1250 informações. Falou que o Conade é um órgão deliberativo e não um órgão de pedir favor.  
1251 Ratificou uma posição única de Conade e salientou que o Conselho Nacional não deve  
1252 focar holofote em pessoas e sim na causa da pessoa com deficiência. A Conselheira  
1253 Anaíldes Campos Sena (CUT) propôs o envio de convite ao Secretário da Pessoa com  
1254 Deficiência para reunião do Conade com o tempo ampliado de sua participação.  
1255 Conselheiro Roberto Paulo do Valle Tiné (APABB) falou que havia três assuntos distintos  
1256 mas intimamente ligados: a participação do Conade na Reatech, o Planejamento  
1257 Estratégico da Secretaria e o Prodoc. Argumentou que o governo atual não tem um  
1258 mínimo interesse nas causas sociais e nos direitos humanos, principalmente, pessoa com  
1259 deficiência. Lembrou ao plenário que o Conade já recebeu o Ministro da Casa Civil, o  
1260 Ministro da educação e o Ministro dos Direitos Humanos. Disse que é impossível  
1261 desassociar esses três assuntos citados do momento político atual. Logo, acredita que  
1262 nesse mandato do Conade pouca coisa será construída por não haver um elo do governo

1263 com o Conselho Nacional. O Conselheiro Marco Antonio Castilho fenapestalozzi)  
1264 comentou que não ficou satisfeito com a resposta do Secretário da Pessoa com  
1265 Deficiência sobre a impossibilidade de custear sua viagem a ONU por meio do recurso do  
1266 Prodoc, por ser servidor e muito menos pela justificativa de contenção orçamentaria da  
1267 Secretaria. Acrescentou ainda que no mês de abril, o Secretário, por ocasião de sua  
1268 participação na reunião do Conade, poderia ter informado que já existia o recurso Prodoc  
1269 e sua finalidade, por fim reconheceu o trabalho da Secretaria da Pessoa com Deficiência  
1270 por resolver alguma pendência relativas ao seu passaporte. A Conselheiro Carmem Lúcia  
1271 Fogaça (Onedef) questionou o Presidente do Conade, qual o quantitativo de pessoas que  
1272 estão indo na delegação e quem da Secretaria da Pessoa com Deficiência está indo. O  
1273 Conselheiro Clovis Alberto Pereira (ONCB) solicitou questão de ordem para a retirada da  
1274 pauta e o adiamento para a próxima reunião do tema proposto pelo o mesmo. O  
1275 presidente Moises Bauer, em resposta ao questionamento da Conselheira Carmem Lucia,  
1276 esclareceu que pelo fato de não ter acesso as informações do evento, não saberia  
1277 responder com clareza. A Sra. Carolina Sanches Gomes, Diretora de Projeto  
1278 Internacionais da Secretaria da Pessoa com Deficiência, informou que a delegação será  
1279 composta de 80 (oitenta) pessoas entre governo e sociedade civil e que a Secretaria da  
1280 Pessoa com Deficiência estaria custeando passagens apenas para três servidores da  
1281 pasta. A Conselheira Fernanda Maria Pessoa di Cavalcanti( MTb) em seguida informou  
1282 que também estará na reunião da ONU, como representante do ministério do Trabalho e  
1283 também do Conade. O Conselheiro Antonio Muniz, (Repres. dos Cons. Municipais)  
1284 lamentou a pouco representatividade do Conade no evento da ONU e propôs enviar um  
1285 ofício ao Ministro das Relações Exteriores para que informe ao CONADE a composição  
1286 da delegação brasileira e quem será custeado com recursos públicos ou privado. O  
1287 Conselheiro Francisco Djalma (Apabb) também propôs o envio a Secretaria Nacional dos  
1288 Direitos da Pessoa com Deficiência, com o prazo de resposta de 30 (trinta) dias, para que  
1289 apresente informações sobre o Prodoc e o Plano de Ação. O presidente do Conade,

1290 Moises Bauer Luiz (MDH) após ouvir todas as ponderações sobre a questão colocou em  
1291 votação a proposta de envio de um ofício à Ministra cobrando a apresentação do Plano de  
1292 Ação da Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência. **Aprovado** por unanimidade e  
1293 encerrou os trabalhos no período da manhã. **07 DE JUNHO - TARDE Presença dos (as)**  
1294 **Conselheiros (as) Governamentais:** Casa Civil (Titular) Manoela Dutra Macedo;  
1295 Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ceará (Titular) Francisco  
1296 Jacinto Araújo da Silva; Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com  
1297 Deficiência de Recife (Titular) Antônio Muniz da Silva; Ministério da Cultura (Titular)  
1298 Sandra Cipriano Chaves; Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (Titular)  
1299 Niusarete Margarida de Lima; Ministério da Justiça e Segurança Pública (Suplente)  
1300 Magda Fernanda Medeiros Fernandes; Ministério do Trabalho (Titular) Fernanda Maria  
1301 Pessoa Di Cavalcanti; Ministério do Transporte, Portos e Aviação Civil (Titular) Marciano  
1302 Roberto Pereira de Sousa. **Ausência justificada:** Carolina Moreira Barbosa de Brito  
1303 (M.Cidades), do Ministério da Educação. **Presença dos (as) Conselheiros (as) da**  
1304 **Sociedade Civil:** AFAG (Titular) Wilson Roberto Gomiero; ABRA (Titular) Maria do Carmo  
1305 Tourinho Ribeiro; ABRASO (Titular) Rubens Gil Junior; ABRC (Titular) Luiz Cláudio Alves  
1306 Pereira; APABB (Titular) Roberto Paulo do Vale Tiné (Suplente) Francisco Djalma de  
1307 Oliveira; AMPID (Suplente) Hugo Frota Magalhães Porto Neto; CUT (Titular) Anaíldes  
1308 Campos Sena; CBDV (Titular) José Antonio Ferreira Freire, (Suplente) Antônio José do  
1309 Nascimento Ferreira; CNC (Titular) Fernando César Thiago de Melo; CONFEA (Titular)  
1310 Osvaldo Luiz Valinote; FBASD (Titular) Glauciane Costa Santana; FENAPAES (Suplente)  
1311 Erivaldo Fernandes Neto; FENAPESTALOZZI (Titular) Marco Antonio Castilho Carneiro;  
1312 FENEIS (Titular) Francisco Eduardo Coelho da Rocha, (Suplente) Filipe Trigueiro Xavier  
1313 Correia; MORHAN (Suplente) Valdenora da Cruz Rodrigues; OAB (Titular) Joaquim  
1314 Santana Neto; ONCB (Titular) Clóvis Alberto Pereira; ONEDEF (Titular) Carmem Lúcia  
1315 Lopes Fogaça. **Ausência justificada:** Ariadne Clarissa Klein Santorini (Ampid) O  
1316 Conselheiro Marco Antonio Castilho (Fenapestalozzi) procedeu a chamada dos presentes

1317 para contagem de quórum e informou que os convidados do Denatran já se faziam  
1318 presentes. Logo passou a palavra ao presidente do Conade, Moises Bauer Luiz (MDH)  
1319 que informou o envio da minuta da resolução do Denatran a todos os conselheiros por e-  
1320 mail em seguida deu as boas vindas aos representantes do Denatran o Sr. Daniel  
1321 Mariz Tavares e a Sra. Heloísa Spazapan da Silva. Em seguida o Conselheiro Marco  
1322 Antonio Castilho Carneiro (Fenapestalozzi) fez a leitura da minuta da Resolução que  
1323 regulamenta o funcionamento e defini os parâmetros mínimos da sinalização semafórica  
1324 para uso de pedestres com deficiência visual. Ao término da leitura da minuta, o  
1325 presidente Moises Bauer Luiz, iniciou a discussão dos destaques. O Conselheiro Clovis  
1326 Alberto Pereira (Oncb) sugeriu alteração no Artigo 2º, mudar o termo, *semáforo adaptado*  
1327 *ou com adaptação para pessoa com deficiência visual para semafórica adaptada para*  
1328 *uso*, por que não é exclusiva da pessoa com deficiência visual. O Conselheiro Roberto  
1329 Paulo do Vale Tiné (APAB) propôs alterar na redação onde se lê” *parâmetros mínimos de*  
1330 *sinalização semafórica*” leia-se: *para o uso de pedestres com deficiência visual*. O  
1331 Conselheiro Marco Antonio Castilho (Fenapestalozzi) após a leitura do Inciso 7º do artigo  
1332 5º: *O botão deverá ser localizado a altura entre 80cm, 1m20 cm do piso, medido do centro*  
1333 *do botão ao piso acabado*”, questionou se a altura atende as pessoas com nanismo.  
1334 o Sr. Daniel Mariz Tavares (Denatran) esclareceu que a altura citada no Inciso 7º do  
1335 artigo 5º está contemplada na NBR 9050 a qual não pode ser modificada por força de  
1336 Lei. O Conselheiro Clovis Alberto Pereira (Oncb) diz ter sentido falta no documento o item  
1337 que fala da elevação do botão para ser pressionado no dispositivo. O Sr. Daniel Mariz  
1338 Tavares (Denatran) sugeriu ao plenário que formalize todas as questões para que possa  
1339 ser apresentadas ao Contran. O Conselheiro Hugo Frota Magalhães Porto Neto (AMPID)  
1340 sugeriu alteração nos Artigo 5º parágrafo 4º, inciso 1 e 2 e o artigo 7º parágrafo 2º .  
1341 Substituir o verbo *poderá*, por *deverá*. A pedido o Conselheiro Marco Antonio Castilho  
1342 (Fenapestalozzi) leu o Artigo 6º Inciso 2º: “*O sinal sonoro deverá ter as seguintes*  
1343 *características; Inciso 2º; Ter intensidade de 10 decibéis acima do ruído momentâneo*

1344 *mensurado no local obedecido os limites máximos de emissão sonora conforme*  
1345 *legislação vigente.”* Em seguida o Conselheiro Clovis Alberto Pereira (Oncb) ponderou  
1346 que emissão sonora do local não ficou claro no Artigo 6º Inciso 2º. O Sr. Daniel Mariz  
1347 Tavares (Denatran) esclareceu que existe uma legislação ambiental que trata de ruído.  
1348 Portanto o Artigo citado contempla a obediência dessa legislação. Acrescentou ainda que  
1349 a minuta do documento apresentada foi elaborada com base em um trabalho que a  
1350 Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo desenvolveu e também pelo o  
1351 regulamento Australiano que trata de semáforo sonoro. Logo foi feita uma demonstração  
1352 rápida dos sons. O Conselheiro Clovis Alberto Pereira (ONCB) Lamentou que o tempo foi  
1353 curto para a discussão do documento apresentado e também por não ter participado da  
1354 construção do documento tendo em vista que o mesmo foi indicado pelo colegiado a  
1355 participar do grupo de trabalho. Solicitou que tão logo seja produzido que seja divulgado e  
1356 que a ONCB não fique fora das discussões assim como as próprias pessoas que atuam  
1357 nos cursos de orientação e mobilidade visual. A Conselheira Carmem Lucia Fogaça  
1358 (Onedef) levantou uma dúvida sobre a sincronização dos semáforos inteligentes. O Sr.  
1359 Daniel Mariz Tavares (Denatran) respondeu que a princípio não terá problema pois o  
1360 semáforo inteligente atua no mesmo princípio básico dos outros semáforos. Esclarecido  
1361 as dúvidas o presidente do Conade, Moises Bauer Luiz (MDH) colocou a minuta do  
1362 documento em votação. **Aprovado** por unanimidade e sem abstenção. A Conselheira  
1363 Maria do Carmo Tourinho (Abra) Informou que estava se ausentando, pois iria a uma  
1364 reunião na Agencia Nacional de Saúde e que iria propôr naquela reunião que as pessoas  
1365 com deficiência grave e as pessoas com dificuldade de locomoção possam ter o direito ao  
1366 plano de saúde e ter um *home care* no seu atendimento. **Proposta aprovada.** Logo a  
1367 Conselheira Anaildes Campos Sena fez a leitura da minuta de ofício destinada a Ministra  
1368 dos Direitos Humanos referente a apresentação detalhada do Plano de Ação da  
1369 Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com deficiência, assim como do *Prodoc* –  
1370 Projeto de Cooperação Internacional. O Conselheiro Antônio Muniz (Repres dos

1371 Conselhos Municipais) propôs anexar ao ofício os e-mails enviado pela presidência  
1372 ampliada com a resposta da Secretaria . Em regime de votação. Proposta da minuta de  
1373 ofício aprovada com as abstenções do Representante do Ministério dos Direitos Humanos  
1374 e da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos  
1375 Idosos e Pessoa com Deficiência, Conselheiro Moises Bauer Luiz e Conselheiro Hugo  
1376 Frota Magalhães Porto Neto, respectivamente. O Conselheiro Antonio Muniz da Silva  
1377 (Repres dos Conselhos Municipais) propôs a realização de uma reunião extraordinária no  
1378 intuito de se comemorar os dois anos da Lei Brasileira de Inclusão – LBI, nos dias 06 e 07  
1379 de julho. Em complemento a proposta a Conselheira Glauciane Costa Santana, sugeriu  
1380 também no mesmo ato também comemorar os 18 anos do Conade. O Conselheiro Marco  
1381 Antonio Castilho (Fenapestalozzi) comentou que é pertinente a proposta do Conselheiro  
1382 Antonio Muniz e que realmente tem que ser avaliar a periodicidade das reuniões do Conade  
1383 junto o governo em razão do número de demandas a ser resolver. Em seguida, propôs  
1384 que a reunião extraordinária ocorresse no Rio de Janeiro concomitante a Rio Mobility  
1385 Show e se compromissou de ser o articulador do espaço físico no Rio de Janeiro. Feito  
1386 os esclarecimentos o presidente do Conade, Moises Bauer Luiz (MDH) colocou em  
1387 regime de votação a proposta da realização da primeira reunião extraordinária ocorrer na  
1388 cidade do Rio de Janeiro. Não havendo abstenções nem contrários, **aprovada a**  
1389 **proposta**. O Conselheiro Marco Antonio Castilho (Fenapestalozzi) informou que  
1390 independente da aprovação da realização da reunião extraordinária ocorrer, o Conade  
1391 havia recebido um e-mail do Secretaria Nacional convidando o colegiado a participar da  
1392 Rio Mobility e propôs a Secretaria a participação no mínimo da Presidência Ampliada no  
1393 evento onde haveria um *stand* em que o Conade poderia expor material e recepcionar o  
1394 público em geral. O Conselheiro suplente Francisco Djalma (Apabb) sugeriu que as  
1395 entidades que possam sem nenhum custo para o Conade utilizar esse espaço com  
1396 camisetas, com canecas, com material das suas entidades, possam também usufruir ou  
1397 utilizar desse espaço para exposição do seu material e falar do Conade. Em seguida, o

1398 presidente do Conade, Moises Bauer Luiz (MDH) colocou também a proposta da  
1399 participação apenas da Presidência ampliada na Mobility Rio, não havendo confirmação  
1400 da presença de todo o colegiado. **Aprovada** por unanimidade. O Conselheiro Francisco  
1401 Jacinto (Repres dos Conselhos Estaduais) informou que foi convidado para uma reunião  
1402 com a Secretaria de Cultura e o Ministério Público para tratar a questão de acessibilidade  
1403 e que no Estado do Ceará estão construindo uma política da pessoa com deficiência do  
1404 Estado, pra não ficar uma política de governo. O Conselheiro Hugo Frota Magalhães  
1405 Porto Neto (Ampid) informou que foi sua primeira reunião no Conade e agradeceu a  
1406 recepção dos conselheiros sobretudo da Comissão de Atos Normativos. Registrou que foi  
1407 um enriquecimento para as suas atividades, com um olhar até um pouco mais profundo,  
1408 na qualidade de Promotor da Justiça. A Conselheiro Anaíldes Campos Sena (Cut)  
1409 informou que ocorrerá no dia 20 de julho, na Bahia, um workshop pra motivar a questão  
1410 da empregabilidade numa parceria com os movimentos sociais, a Central Única dos  
1411 Trabalhadores do Estado e a Secretaria Estadual de Trabalho. O Conselheiro Fernando  
1412 César Thiago de Mello (CNC) avisou que apresentará à presidência da CNC a proposta  
1413 da realização da reunião extraordinária no espaço da CNC. Concluindo a reunião, o  
1414 Presidente agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.